



Município da Marinha Grande

Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia 25/03/2019.

Mandato de 2017/2021
Ata nº 8

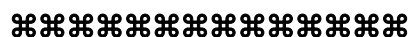
Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e dezanove, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Mêlina Monteiro Mira Domingues;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.^a Presidente abriu a reunião pelas 14:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.^a Vereadora **Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro** comunicou em 25/03/2019, nos termos do disposto no artigo 78.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 79.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atualizadas, que por motivos de índole pessoal não poderá participar nesta reunião, pelo que solicitou a justificação da sua falta e informou que em todas as suas funções enquanto Vereadora será substituída pela candidata imediatamente a seguir na lista do MpM – Movimento pela Marinha, Senhora **Mêlina Monteiro Mira Domingues**.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- 1. Sr. António Gameiro Fernandes** – pretende falar sobre a circulação rodoviária e sinalização vertical e horizontal entre a Rua António Maria da Silva / Rua da Escola da Comeira / Rua da Comeira.
- 2. Sr.^a Paula Cristina Marques Pereira Lourenço** – em representação dos pais dos Escuteiros de Vieira de Leiria, pretende falar sobre a sede do Agrupamento.
- 3. Sr. Márcio Miguel Mendes Narciso** – em representação dos dirigentes do Agrupamento de Escuteiros de Vieira de Leiria, pretende falar sobre o Agrupamento.
- 4. Sr.^a Ana Catarina de Jesus dos Santos Botas Lopes** – pretende falar sobre a 3.^a idade na freguesia de Vieira de Leiria.
- 5. Sr. Hélder Pimenta Letra** – na qualidade de Presidente do Grupo Desportivo Casa Águia Competição, pretende falar sobre o pedido de cedência de espaço para a instalação da sede da coletividade.
- 6. Sr. Mário Henriques Martins** – pretende falar sobre o escoamento das águas pluviais e de saneamento da Rua 25 de Abril, que está a provocar estragos na sua habitação.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção dos membros do executivo

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

1. Aprovação da ata n.º 6, da reunião ordinária do dia 25 de fevereiro de 2019
2. "Transferência de novas competências para os Órgãos Municipais - Decreto-Lei n.º 20/2019 que Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos - Exercício dessas competências no ano de 2019"

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

FINANÇAS E TESOUREARIA

3. Resumo de Tesouraria do dia 19 de março de 2019

DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

BALCÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

4. Isenção do pagamento de taxas
5. Autorização para pagamento de taxas em prestações

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

GESTÃO URBANÍSTICA

6. Req.º nº 2247/18, datado de 17/12/2018 - Proc.º nº 531/18, datado de 17/12/2018 - Joaquim Jesus Duarte
7. Req.º nº 2216/18, datado de 11/12/2018 - Proc.º nº 527/18, datado de 11/12/2018 - Mário Carvalheiro da Cruz e Maria Cristina Guerra Luís da Cruz
8. Req.º nº 382/19, datado de 25/02/2019 - Proc.º nº 150/18, datado de 27/04/2018 - João Rodrigues Correia
9. Req.º nº 1392/18, datado de 27/07/2018 - Proc.º nº 204/18, datado de 30/05/2018 - Maria Rosa Ortigoso Marques
10. Req.º nº 1969/18, datado de 30/10/2018 - Proc.º nº 464/18, datado de 30/10/2018 - Ermelinda Pereira Ferreira Sapateiro Matias
11. Req.º nº 2160/18, datado de 30/11/2018 - Proc.º nº 325/18, datado de 06/08/2018 - Ibasi - Construções Metálicas, Unipessoal Lda
12. Req.º nº 410/19, datado de 27/02/2019 - Proc.º nº 429/17, datado de 22/09/2017 - Reinados e Predicados Lda
13. Req.º nº 1957/18, datado de 29/10/2018 - Proc.º nº 245/17, datado de 14/06/2017 - Albertino Alves Monteiro

14. Req.º nº 149/19, datado de 19/02/2019 - Proc.º n.º 347/17, datado de 02/08/2017 - Alzira Caseiro Oliveira Lagoa Serrador
15. Req.º nº 505/19, datado de 15/03/2019 - Proc.º n.º 523/18, datado de 07/02/2018 - Nau Frágil - Bar, Unipessoal Lda.
16. Req.º nº 462/19, datado de 11/03/2019 - Proc.º n.º 399/18, datado de 21/09/2018 - Nuno Ricardo Tomé Pereira
17. Req.º nº 490/19, datado de 14/03/2019 - Proc.º n.º, 26/19 datado de 24/01/2019 - Centimfe-Centro Tecnológico da Indústria de Moldes e Ferramentas Especiais e Plásticos
18. Req.º nº 409/19, datado de 27/02/2019 - Proc.º n.º 20/18, datado de 26/01/2018 - Imolazer - Imobiliária, Lda
19. Req.º nº 286/19, datado de 06/02/2019 - Proc.º n.º 185/16, datado de 19/05/2016 - Moldetefa - Indústria de Moldes para Plásticos Lda
20. Req.º nº 529/19, datado de 20/03/2019 - Proc.º n.º 524/18, datado de 07/12/2018 - Summercaravel Lda.
21. Req.º nº 1941/18, datado de 25/10/2018 - Proc.º n.º 455/18, datado de 25/10/2018 - Franklim Fragata Agostinho
22. Req.º nº 515/19, datado de 18/03/2019 - Proc.º n.º 227/2019, datado de 18/03/2019 - Acácio Carreira da Luz
23. Req.º nº 191/19, datado de 31/01/2019 - Proc.º n.º 39/19, datado de 31/01/2019 - Moldes Catarino, Lda.
24. Req.º nº 2045/18, datado de 12/11/2018 - Proc.º n.º 401/18, datado de 12/11/2018 - Condomínio do Prédio sito na Avenida Marginal, n.ºs 10A e 10B
25. Req.º nº 509/19, datado de 15/03/2019 - Proc.º n.º 225/2019, datado de 15/03/2019 - Nuno Miguel Lopes Machado e Maria João Mota Filipe Gândara
26. Req.º nº 396/19, datado de 26/02/2019 - Proc.º n.º 132/07, datado de 22/02/2007 - PMSA - Investimentos Imobiliários Unipessoal, Lda.
27. E/9177/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de ramais domiciliários de gás natural - Galp Energia.
28. E/1129/2019 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de baixada elétrica - ACR - António Cristiano Rosário, Lda.
29. E/11882/2019 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA

PROMOÇÃO SOCIAL, SAÚDE E VOLUNTARIADO

30. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, da inquilina residente na Avenida da Liberdade, Bloco M, 1.º frt Esq - Casal de Malta, por alteração dos rendimentos do agregado familiar.
31. Cedência de instalações no antigo edifício da Escola Básica dos Outeiros

INTERVENÇÃO CULTURAL

32. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 – área cultural - SPM - Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel (PROTUR) - Páscoa em Movimento
33. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 – área cultural - Teatresco - Grupo de Teatro - XIX Festiv 'Álvaro - Abril 2019
34. Isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro – Agrupamento de Escolas Marinha Grande de Vieira de Leiria - Ratificação de Despacho

ATIVIDADE FÍSICA

35. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza desportiva em 2019 – Grupo Desportivo Casa Água Competição – 29.º Concurso de Pesca/Open

EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

36. Aditamento ao apoio financeiro atribuído ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente para material didático de recreio e de consumíveis e outros bens para o funcionamento das respetivas escolas do 1.º ciclo do ensino básico referente aos 1.º, 2.º e 3.º períodos do ano letivo 2018/2019, por motivo de retificação do número de salas.

37. Apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria para a realização da XV Semana da Educação e Juventude

38. Apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente para a realização da XV Semana da Educação e Juventude

39. Apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente para a realização da XV Semana da Educação e Juventude



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. Sr. António Gameiro Fernandes – referiu que vai falar em nome próprio e de alguns moradores da Comeira. Há algum tempo apresentou um pedido de alteração do sentido de circulação na Rua da Escola da Comeira, tendo recebido uma resposta que não o satisfaz, porque a análise não foi feita no sentido do que propunha. Pretende uma explicação sobre aquilo que apresentou, porque a situação, na sua opinião, está mal e deve ser corrigida, de modo a melhor servir a população.

Falou ainda sobre a necessidade de colocação de placas indicativas dos lugares.

Por último, referiu que os buracos do Beco da Rua da Escola já foram tapados, mas faltam os da Rua da Covinha.

2. Sr.ª Paula Cristina Marques Pereira Lourenço – cumprimentou todos os presentes e leu a sua intervenção, que é feita em nome e em representação dos pais dos Escuteiros de Vieira de Leiria, e onde deu conta das más condições em que se encontram as instalações onde tantas crianças e jovens desenvolvem a sua atividade, responsabilizando a Proteção Civil pela falta de segurança e para o perigo em que as mesmas se encontram.

Referiu que a sala está cheia, e saudou as pessoas a quem vão ser cedidas as instalações, disponibilizando os préstimos dos Escuteiros, porque esse é o seu lema: ajudar os outros.

Terminou agradecendo às autarquias de vários concelhos do País, que cederam instalações a Agrupamentos de Escuteiros.

3. Sr. Márcio Miguel Mendes Narciso – cumprimentou todos os presentes e leu a sua intervenção, referindo que representa as 60 crianças e jovens do Agrupamento de Escuteiros de Vieira de Leiria, que esperam que as entidades do concelho as protejam.

Como dirigente do Corpo Nacional de Escutas prometeu proteger as crianças e dar o exemplo.

4. Sr.^a Ana Catarina de Jesus dos Santos Botas Lopes – cumprimentou todos os presentes e leu a sua intervenção.

Agradeceu ao Município a oportunidade para dar a conhecer as suas atividades com a 3.^a idade. Disse que é assistente social na CRPI, salientando a importância da associação na comunidade vieirense, muito envelhecida, mas a autarquia também tem obrigação de apoiar a 3.^a idade e dar resposta a nível social.

Entre as atividades desenvolvidas está a ginástica, informática, concursos, jogos, etc., algumas das quais efetuadas fora das instalações da associação. Os utentes têm em média 70 anos de idade, com mobilidade reduzida, mas não acamados. Pretendem avançar com a Universidade Sénior, mas para isso precisam de espaço, que deverá ser no coração da vila, pelas razões apontadas.

Terminou a intervenção desejando ao executivo bom trabalho e tomada de decisões ponderadas.

5. Sr. Hélder Pimenta Letra – cumprimentou todos os presentes e leu a sua intervenção, que é feita na qualidade de Presidente do Grupo Desportivo Casa Águia Competição, fundado no ano 2000, referindo os vários títulos conquistados ao longo dos anos, muitos deles lugares de pódio. Há 10 anos que está na 1.^a divisão nacional, é a coletividade que mais representa a freguesia de Vieira de Leiria, tem 116 sócios não pagantes, que estão associados ao clube e que o apoiam. Não podem cobrar quotas por não terem instalações sede.

Pretendem, no futuro, captar cada vez mais jovens para a pesca de competição, mas para tudo isso necessitam de ter uma sede social, que vêm pedindo desde 2005, sem que tal tenha acontecido. Julgam agora ser merecedores da atribuição de uma sala na Escola dos Outeiros.

Terminou manifestando a disponibilidade da coletividade para ajudar quem precisar.

6. Sr. Mário Henriques Martins – referiu que está aqui uma vez mais e pelo mesmo problema. Referiu que a vala é uma imundice que tem no seu pátio, que a Eng.^a Susana lhe disse que a Câmara só ia arranjar uma parte, mas quer que seja tudo arranjado, ou então é melhor não mexer. Na altura o trabalho foi mal feito, e, na sua opinião, a Câmara tinha obrigação de saber o que ali estava.

Aguarda a deslocação ao local da Eng.^a Susana e do Sr. Vereador, porque o problema ainda não está resolvido e a sua habitação está a ser prejudicada.

Terminadas as intervenções, a **Sr.^a Presidente** deu a palavra ao **Sr. Vereador Carlos Caetano**, que depois de cumprimentar todos os presentes na sala e em casa, **respondeu o seguinte às intervenções dos munícipes:**

- Sr. Mário Martins – o Sr. Vereador explicou que há duas situações na casa do munícipe: uma caixa de esgotos e outra que tem uma caixa de visita que passa dentro da sua propriedade e que é da responsabilidade da Câmara. Sobre esta situação já lá foi algumas vezes, com os técnicos, que estão a trabalhar para resolver os problemas dos abatimentos.
Fica ainda o problema da vala e dos maus cheiros, que não é da responsabilidade direta da Câmara mas sim da APA, e que quando a vala enche prejudica o Sr. Mário, estragando-lhe as paredes da casa.
Sobre a situação da caixa na sua propriedade, informou que o trabalho vai ser concluído, e caso o Sr. Mário entenda que não está bem, irá lá com a Eng.^a Susana e resolver-se-á.
Em relação à vala, o Sr. Vereador informou que a Câmara vai pressionar a APA para que a limpem, até porque a Câmara não poderá lá mexer.

- Sr. António Fernandes – o Sr. Vereador informou que já foi contactado há cerca de duas semanas por um outro morador (Sr. Nazário), com o mesmo propósito, tendo ficado marcada uma reunião no local, a realizar amanhã, às 18:00 horas, pelo que convidou o munícipe a estar também presente.
Terminou assegurando ao munícipe que não está abandonado e que o seu assunto não está esquecido e vai ser concluído.

A Sr.ª Vereadora Célia Guerra cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- Agradeceu a apresentação feita pelas três instituições, que não colocaram questões, cabendo-lhe apenas salientar que são três instituições que prestam um serviço muito válido, são todas merecedoras da atribuição de um espaço, assunto que está hoje agendado e que a Câmara decidirá.

A **Sr.ª Presidente** referiu, relativamente aos parabéns que foram dados a várias Câmaras Municipais pela cedência de instalações a Escuteiros, que também a CMMG já o fez.

Todas as instituições são merecedoras, e daqui a pouco será tomada uma decisão, e tem consciência de que dentro de pouco tempo todas terão o seu espaço. A Câmara tem respeito pelas necessidades das três instituições, sabe-o bem, pelo tempo que tem de permanência na Câmara, desde 2005, e todos querem contribuir para resolver e dar satisfação às suas necessidades e ambições.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A **Sr.ª Presidente** deu a palavra aos Srs. Vereadores que pediram para intervir.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- Ficou agradavelmente surpreendida pela presença de todos os munícipes, que são sempre bem-vindos.
- O Sr. António falou do facto de não terem respondido ao que sugeriu, e depois colocou a questão da sinalética, que é urgente ser resolvida.
- A D. Paula tem razão, todos conhecem o bom trabalho que os Escuteiros desempenham na ajuda aos outros, é o seu princípio, e a Câmara também tem obrigação de aplicar esse princípio, ajudando todos e não deixando ninguém para trás.
- O mesmo diz ao representante dos Escuteiros, pelo bom trabalho que desenvolve com as crianças.
- A D. Ana Botas disse, com razão, que todos são importantes na comunidade, ao contrário do que referiu o alto representante do PS no nosso concelho, que disse que não se podia tratar de forma igual situações desiguais. Não pode ser assim, são todos iguais.

- Seguidamente leu a parte da sua intervenção em que abordou as próximas eleições autárquicas e o que chamou “a doença da vitimização”, em que a culpa é sempre dos outros.
Disse que leu com estupefação e algum nojo o artigo publicado no “Jornal da Marinha”, em que afirmam que o mercado ainda não foi construído porque a oposição escolheu um local que sabia que era difícil de desbloquear.
Lembrou que o local escolhido resultou de um trabalho feito no anterior mandato. Disse que isto é muito grave, é a síndrome da vitimização e da desculpa, e questionou o seguinte:
 - Onde está a reunião para discutir este tema?
 - Alguma vez a oposição votou contra?
- Perguntas:
 - Rua das Sorraipas – os moradores estão desesperados pelas más condições.
 - Pavilhões da FAE – estão subaproveitados.
 - Reunião dos Amigos de S. Pedro, sábado, no Hotel Mar & Sol – ficou preocupada com as afirmações do Eng.º Rosmaninho e com os critérios seguidos na intervenção. Pede uma reação enérgica da CMMG.
 - Centro Azul – ficou surpreendida com as afirmações da Sr.ª Presidente, que disse que chegou à Câmara em outubro de 2017 e não havia projeto. É de mau gosto dizê-lo, porque tal como há pouco afirmou está aqui desde 2005.
 - Desfibriladores – é uma luta que tem que se levar até ao fim, com a compra de equipamentos para todos os espaços.
 - Cafetaria D'Arte – o que impede a resolução, que se arrasta há meses?
 - Brinquedo do Bambi – considera que é mais do que um brinquedo, porque à sua roda os pais vão ao Bambi, consomem ali, e por isso é um crime económico não fazer a recuperação do brinquedo. Pede a sua reparação, com urgência, e que seja ao mesmo tempo projetado um parque infantil naquele local, com baloiços. Sabe que as carências em S. Pedro são muitas, mas deve-se pelo menos fazer o que estiver ao alcance da Câmara.

A Sr.ª Vereadora Lara Lino cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- Na sequência da intervenção da Vereadora Alexandra, disse que ficou igualmente incrédula, e também não é da sua responsabilidade a não construção da piscina e do terminal rodoviário.
A CDU irá votar sempre contra as modificações que retirem verbas do saneamento, sem que isso signifique que estão contra as obras. É mentira o que dizem, querem as obras e isso é deturpação dos factos.
- Munícipes – também gosta de ver tanta gente na sala e ver as associações preocupadas com a vida dos munícipes. No entanto, lamenta que as associações tenham que vir aqui expor-se desta forma, relembrando o que fazem na comunidade, que o executivo tem obrigação de saber, e por isso gostaria de os ver aqui por outros motivos, e não virem aqui implorar para ter a cedência de um espaço para poderem desenvolver as atividades que desenvolvem em prol da comunidade.
Esta situação já podia estar resolvida desde que a escola ficou livre, foi uma falta de jeito para conduzir o processo. Espera, para bem da Vieira, que as associações não estejam de costas voltadas. (as associações presentes disseram que não estão).
- Reafirmou a necessidade da reparação do brinquedo e da resolução do processo da Cafetaria D'Arte, já falados pela Vereadora Alexandra.

- Cinema – para quando a resolução? Receia que por o processo não se resolver as pessoas percam o hábito de frequentar o cinema.
- Perguntou de quem é a responsabilidade pelos acessos à Praia da Concha, porque as escadas não vão até à praia e é difícil o socorro.

A Sr.^a Vereadora Mêlina Mira cumprimentou todos os presentes e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

- “1) Ponto situação relativamente à implementação da plataforma Educa, nomeadamente a atualização do Regulamento de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares dos Jardins de Infância e 1ª Ciclo, para que Associações Representativas passem a constar no mesmo.*
- 2) Aproveito para questionar quantas visitas já foram feitas por parte da Câmara, neste ano letivo, aos refeitórios escolares dos Jardins de Infância e 1º Ciclo.*
- 3) Questionar se as 10 placas de início e fim de localidade, que se encontravam em armazém, já foram colocadas.*
- 4) Porque não se cortaram ainda os pinheiros em S. Pedro, tombados junto à estrada, como é o exemplo junto ao Bambi? Que sejam dadas pelo menos instruções para que sejam colocadas placas indicativas de queda de árvores, deve dar menos trabalho! Ou será que também não há placas?”*

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes na sala e os que estão em casa, e, sobre as intervenções dos munícipes, fez alguns comentários, entre os quais:

“- Lamento que o munícipe Sr. António Fernandes, da Comeira, venha dizer que não respondem ao que pediram e manifestar a falta de sinalética.

- O munícipe Sr. Mário Martins voltou à reunião porque o problema não está resolvido. Apesar do Vereador Caetano referir que “tomaram conta do problema, eu próprio lá fui”, o facto é que o problema não está resolvido.

- Quanto a atribuição da Escola dos Outeiros e a intervenção dos munícipes Sra Paula Lourenço, Sr. Márcio Narciso, Sra. Ana Botas e Sr. Hélder Letra, é de referir a boa apresentação de cada um, e é evidente que todos merecem. Fico muito agradado de ouvir que existe cooperação e partilha entre as instituições, porque litígio entre concidadãos não ajuda em nada. Devíamos minimizar os conflitos entre pares e não como a Câmara tem feito.”

Tendo em conta que o Sr. Vereador enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

“1. FELICITAÇÕES

- a) Felicitar o marinhense Hugo Gaspar, por ter vencido a taça de Portugal em voleibol, ao serviço do Benfica, na qual é capitão de equipa.*
- b) Felicitar a patinagem de velocidade do agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, os seus dirigentes e treinadores, pelo desempenho no campeonato distrital indoor. Entre os patinadores felicitar o Manuel Piteira que conquistou o Título de Campeão Nacional no escalão de Iniciados Masculinos, bem como Diana Mendes medalha de bronze em Juvenis Femininos e Alexandre Gaiolas medalha de bronze em Juvenis Masculinos. Por equipas o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente é o novo vice-campeão em*

Juvenis Femininos com as atletas Diana Mendes, Maria João Legoinha, Edna Correia e Ariana Santos acumulando igualmente o título de vice-campeão em Juvenis Masculinos com os atletas Alexandre Gaiolas, Diogo Pereira e Flávio Coelho.

Nos campeonatos nacionais realizados este fim-de-semana António Piteira teve um grande desempenho conquistando dois títulos de Campeão Nacional, um de vice campeão e duas medalhas de bronze.

c) Felicitar o Desportivo Náutico da Marinha Grande, os seus dirigentes e treinadores pelo desempenho no Campeonato Interdistrital de Infantis, onde alcançaram 24 vitórias e também no Campeonato Interdistrital de juvenis, juniores e absolutos onde alcançaram 11 vitórias.

d) Felicito a Associação Spiel Portugal por terem organizado a LEIRIACON, uma convenção internacional de jogos de tabuleiro, que se realizou na Vieira. Um evento extraordinário que envolveu quase 1.000 praticantes.

A Câmara também se expressou dizendo que “é um fantástico evento”. Questiono que apoio foi dado pela Câmara para a organização do evento e qual a razão por que não foi anunciado nos placares eletrónicos que temos na cidade. Afinal um evento desta dimensão e não passa nos placares, apetece perguntar para que servem os placares.

2. MUNÍCIPES

É meu dever questionar sobre problemas que os munícipes que dão conhecimento. São eles a razão de eu estar aqui. Têm sido muitos os que me abordam (e cada vez mais) e por isso gostaria que me informassem, para dar lhes conhecimento.

2.1 Tivemos conhecimento por um munícipe, duma denúncia de ruído num prédio, por parte dum ginásio. Gostaríamos que a Sra. Presidente nos explicasse o que se passa, e sobretudo o motivo por que recebeu um ofício da CCDRC no início de fevereiro e passado mais de um mês não tinha ainda respondido, que levou a CCDRC a voltar a questionar a razão da Câmara não dar os esclarecimentos devidos.

Mais uma confirmação de que esta Câmara não responde aos munícipes, aos vereadores, nem às instituições.

2.2 Na reunião passada falamos da empresa Chama de Sucesso na Vieira, e da taxa de 15.000€ que a Câmara exige por não enquadrar corretamente a atividade económica. Gostaríamos de saber o que fez desde então.

3. ASSUNTOS DIVERSOS

3.1 Queria questionar sobre assuntos que colocamos nas reuniões de Câmara à Sra Presidente e aos Srs Vereadores, e que ficaram de responder. Apenas como exemplo:

3.1.1 Não recebemos o contrato assinado pela autarquia sobre a implantação do aterro sanitário perto de albergaria.

3.1.2 Quando a colocação dos óleões para óleos domésticos e industriais.

3.1.3 O projeto de intervenção nas esplanadas em S. Pedro.

3.1.4 Foi aprovado em reunião de Câmara de 25 de fevereiro, há um mês, que todos os apoios fossem publicados no site da Câmara com um link na primeira página. Porque ainda não foi feito?

3.1.5 Lista das obras na Resinagem, da responsabilidade da construtora e da Câmara.”

A Sr.^a Presidente deu a palavra ao Sr. Vereador Carlos Caetano, que antes de responder às questões da sua área, referiu o seguinte:

- Disse que a Sr.^a Vereadora Alexandra falou da questão do mercado, e trazia aqui uma proposta, mas vai deixá-la para uma reunião, a marcar, por ser um assunto ainda demorado e porque ainda não se fez a reunião já falada.
A Sr.^a Presidente irá marcar a reunião.
- Projetos de saneamento – tinha dito que nos finais de março estariam todos concluídos. Os de Picassinós, Pedrulheira e Tojeira, mais Amieira, ficaram já prontos na semana passada. Agora está a ser feito o das Trutas, que está planeado para final de abril.
Referiu que quer agradecer o trabalho dos técnicos na elaboração dos projetos, que estão todos a ser feitos internamente, nomeadamente à Eng.^a Cristina Silva, pelo seu esforço e empenho.

Seguidamente o Sr. Vereador respondeu às seguintes questões:

- Rua das Sorraipas – é uma das ruas que mais precisa, mas não basta pavimentar, também precisa da substituição da rede de águas. Serão obras significativas, em infraestruturas enterradas e à superfície, e até se poderá aproveitar um espaço para uma zona verde para os moradores no local.
- PME – as dúvidas de que pode ser mais do que é ficaram desfeitas. Tem espaço e condições e as pessoas aderem se houver iniciativas.
- Acessos à Praia da Concha – não está classificada como praia pela APA, e os acessos deverão ser retirados.
- Placas – não são 10, são 20, 10 de entrada na Marinha Grande e 10 de saída. A equipa para este tipo de trabalho só tem duas pessoas, que colocam sinais e fazem pintura de pavimentos, e é sempre mais urgente colocar um sinal de outro tipo do que por uma placa de entrada, apesar de ser necessária.
- Sr. Mário Martins – há atos. Já se foi ao local, o problema do saneamento já foi resolvido, por isso há atos, não são só palavras. A outra questão é fora da casa do município, mas passa ao lado, afeta a sua qualidade de vida e a Câmara está a tentar ajudar a resolver.
- Documentos pedidos pelo Sr. Vereador Aurélio – o Sr. Vereador disse que tem razão, e agora vai-lhe enviar e recuperar o tempo perdido e ter mais atenção de futuro.
- Projetos das esplanadas de S. Pedro – o assunto está a ser tratado pelo Arqt.^o Miguel, e irão lá amanhã de manhã esclarecer algumas dúvidas.

A Sr.^a Vereadora Célia Guerra respondeu o seguinte, relativamente às questões da sua área:

- Decisão sobre a Escola dos Outeiros – até dezembro estava ocupada com material do agrupamento. Depois teve que fazer reuniões com as associações.
- Desfibriladores – a Sr.^a Vereadora informou que já há um pedido para incluir verba para mais 5.
Os Srs. Vereadores protestaram e disseram que se deveriam incluir logo todos os equipamentos.
A Sr.^a Vereadora disse que se podem incluir depois na revisão.

- Brinquedo – informou que o orçamento chegou na passada sexta-feira. O brinquedo foi avaliado e tem que ser substituído, e também o próprio pavimento terá que ser substituído.
A Sr.^a Vereadora Alexandra pediu a colocação de baloiços.
A Sr.^a Vereadora disse que o brinquedo que lá está tem que ser retirado rapidamente.
- Cinema – a Sr.^a Vereadora informou que pretende trazer a adjudicação na próxima reunião.
- Plataforma Educa – há um agrupamento que se recusou a ceder os dados dos alunos, nomeadamente o NIF, e pediu um esclarecimento à CIMRL, que não se pronunciou. Vão tentar avançar, e no ano letivo 2019/2020 implementá-la.
- Regulamento dos refeitórios – vai ser implementado.
- Visitas aos refeitórios – têm sido quase diárias, efetuadas pelas técnicas e uma nutricionista.
- Apoio aos jogos de tabuleiro – houve apoio da Câmara, e pensa que também houve publicitação.
- Dias 27 e 28 de março à tarde – a Sr.^a Vereadora convidou todos os presentes para a fase concelhia do Concurso Nacional de Leitura, a realizar na Biblioteca Municipal, destinada aos alunos dos três Agrupamentos de Escolas do concelho.
- Convidou também para a Semana da Educação, a decorrer de 2 a 6 de abril, cujo programa será divulgado amanhã.
- Regulamento de apoios – a Sr.^a Vereadora informou que recebeu hoje o nome do representante da CDU e vai marcar a reunião de trabalho, que inicialmente será para definir estratégias.

A Sr.^a Presidente respondeu o seguinte às questões colocadas pelos Srs. Vereadores:

- LeiriaCon – realizou-se na Praia da Vieira e trouxe pessoas de fora ao nosso concelho.
Informou que se estão a preparar sessões de jogos abertos a toda a população, a realizar na Biblioteca Municipal, e ainda a criação de uma ludoteca de jogos, a maior do País.
- Preço Certo – foi um evento realizado na Marinha Grande, feito a convite da Câmara, mas primeiro vieram ver se o pavilhão do PME tinha condições. Ficou a saber que o equipamento colocado e utilizado foi de cerca de 500 mil euros.
- A Sr.^a Presidente referiu que faz hoje um ano e cinco meses que tomaram posse, não se vitimizam, antes trabalham afincadamente.
Quando disse que aqui estava desde 2005 foi só para referir que conhecia bem as associações do concelho, e os pelouros que detinham eram aqueles que humildemente aceitaram e que foram atribuídos pelo executivo da CDU. Um deles foi a Educação e Juventude, com a CPCJ, que é uma das melhores do País.
Por pouco que se faça faz-se sempre alguma coisa.
Vai tentar não fazer referência aos comentários que as concelhias partidárias do concelho fazem, porque entende que não cabem nas competências da Câmara.
- Piscina – está-se na fase de elaboração do caderno de encargos, para depois se lançar o concurso.
- Cafetaria D'Arte – a situação ainda não foi resolvida porque o concessionário deixou dívidas e um espólio lá dentro que tem um valor a avaliar e que é diferente daquele que foi indicado.
- Brinquedo do Bambi – no intervalo irá mostrar o desenho.

- Mercado – sendo aquela a zona escolhida, e querendo fazer lá também a piscina e o patinódromo, não haveria condições para instalar ali o mercado, pelo que se entendeu solicitar autorização à Direção do Tesouro para colocar o mercado no sítio onde ele está, porque aquela era uma zona desportiva.
- ICNF e mata – ainda a semana passada o ICNF esteve aqui reunido, consigo e com algumas pessoas, moradores de S. Pedro, e esclareceram as situações decorrentes do incêndio, do vendaval de março/2018 e depois do Leslie, e em fevereiro deste ano houve as hastas públicas para venda de madeira, que agora está a ser retirada. Diz o ICNF que os pinheiros tombados junto à estrada já foram vendidos, já têm proprietários, que os irão retirar.
- Informação da CCDR sobre os apoios aos concessionários da Praia da Vieira – está na Câmara e vai enviar ainda hoje aos Srs. Vereadores.
As Sr.ªs Vereadoras Alexandra, Lara e Mêlina pediram à Sr.ª Presidente que envie também a pergunta que a Câmara fez e que originou a informação.
- A Sr.ª Presidente terminou, referindo que as restantes questões já foram respondidas pelos Vereadores das respetivas áreas.
- O Sr. Vereador Aurélio pediu a resposta à questão sobre a empresa Chama de Sucesso.
A Sr.ª Presidente informou que se trata de assunto que tem de ir ao Gabinete Jurídico, para apreciação jurídica, e logo que a tenha dará a resposta.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A **Sr.ª Presidente** deu por terminado o período de antes da ordem do dia, interrompendo de seguida a reunião, para um breve intervalo, das 16:30 horas às 16:55 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Retomada a reunião, foi pedido para ser discutido o **ponto 31**, relativo à cedência das instalações da antiga Escola Básica dos Outeiros, uma vez que os representantes dos interessados estão presentes na sala.

Todos concordaram, pelo que se passou à discussão do ponto.

31. Cedência de instalações no antigo edifício da Escola Básica dos Outeiros

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** apresentou o ponto e referiu que de momento vai ser dada resposta simultânea a duas instituições, e de futuro, com a disponibilização da Escola da Passagem, dar-se-á satisfação ao Agrupamento de Escuteiros. Agora, a proposta em cima da mesa, é a cedência partilhada por duas instituições: CRPI e Casa Águia.

Os Srs. Vereadores do MpM disseram o seguinte:

“A administração tem que ser isenta e imparcial nos atos que pratica, consideramos que, não estando estabelecidas regras para cedência do património municipal a entidades sem fins lucrativos (as únicas a quem o município pode atribuir qualquer benefício), a câmara municipal deve:

a) no ato da decisão fundamentar inequivocamente as regras pelas quais opta pela atribuição do espaço às entidades. Essas regras devem ser generalizáveis a situações análogas (futuramente);

b) sendo este espaço uma pretensão de 3 entidades, para que não haja fragilidades, a deliberação de cedência do espaço à entidade A e/ou B devia efetivar-se quando tivesse alternativa para a entidade C (minimizando conflitos entre pares, o que também é uma obrigação da Câmara).

Não tendo uma solução que satisfaça as 3 entidades o decisor, entenda-se o órgão executivo, fica numa situação complicada. Como decidir sem regras estabelecidas? As argumentações que se possam utilizar para fundamentar a atribuição proposta perdem a força quando não há solução para uma das entidades.

Os argumentos para manifestar as necessidades são evidentes nas três candidaturas, e resumidamente podemos referir:

a) Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos da Freguesia de Vieira de Leiria (CRPI)
Não dispõem de instalações próprias para a realização das atividades que pretendem dinamizar com os seus utentes. A associação paga renda de uma pequena sala para desenvolver as suas atividades, sendo que as atuais instalações não são condignas. O espaço é pequeno e apenas dispõe de uma sala e instalações sanitárias. As cotas pagas pelos associados não permitem suportar despesas como renda, água, eletricidade, telefone e internet.

De referir ainda a enorme lacuna que a freguesia da Vieira tem no cuidado com os seniores, e a CRPI está a fazer um excelente trabalho neste domínio

b) Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 1076 Vieira de Leiria
Dinamizar atividades tais como reuniões de todas as secções, formações relativas ao escutismo, reuniões de dirigentes e de pais, encontros promovidos pela Junta Regional de Leiria-Fátima e acampamentos ou acantonamentos para os agrupamentos de todo o país.
Na sua abordagem educativa, o Agrupamento 1076 de Vieira de Leiria, considera o desenvolvimento de todos os aspetos da personalidade das crianças e dos jovens, perspetivando-os e englobando todas as dimensões da personalidade humana em 6 áreas de desenvolvimento pessoal: Desenvolvimento físico (corpo), efetivo (sentimentos e emoções), carácter (atitude), espiritual (sentido de Deus), intelectual (inteligência) e social (integração social).

É inequívoco o trabalho que se faz nos escuteiros focados na ajuda aos pais e à comunidade para atingirmos melhores cidadãos

c) Grupo Desportivo Casa Águia Competição
Fidelização de sócios, espaço para reuniões e confraternização de todos os amantes de pesca desportiva.

Captação de mais jovens para a modalidade bem como a formação de jovens pescadores, fomentando o incremento da pesca, vital para a Vieira.

Precisa de espaço de atividades e recrutamento de novos sócios e centro de interesses do grupo e associados.

Ter em conta o grande palmarés desportivo que esta coletividade representa para a freguesia e para o concelho, refira-se, com sucesso, tanto a nível nacional como internacional

Em suma as três entidades candidatas têm mais que justificação para que se atribua um espaço, e é incompreensível encontrar solução para duas e deixar uma delas sem solução, qualquer que seja, repito qualquer que seja.

Os membros do executivo permanente, numa decisão unilateral, sem escutarem os elementos do executivo que não têm pelouros, deixaram o Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 1076 Vieira de Leiria, sem solução. Propõem-se apenas entregar a Escola Básica dos Outeiros a duas entidades, a Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos da Freguesia de Vieira de Leiria (CRPI) e ao Grupo Desportivo Casa Águia Competição.

Perante a candidatura das três entidades com legitimidade para ocuparem o espaço, é clara a intenção da Sra. Presidente Cidália Ferreira, da vereadora Célia Guerra e do vereador Carlos Caetano resolverem o problema a duas delas, não propondo qualquer solução para a terceira.

Concordamos que tenha sido cedida as instalações da Escola dos Outeiros às duas instituições, mas não podemos estar mais em desacordo, que tomem uma decisão, deixando um entidade sem solução, fosse qual fosse a entidade, teríamos sempre a mesma atitude se tal acontecesse com a CRPI ou com a Casa Águia. Afinal quais foram os critérios?

A generalidade da população não conhece as condições degradadas onde os escuteiros da Vieira têm as suas atividades. Esta falta de condições é sentida pelas crianças e jovens, pais, familiares e amigos. Mas a Sra. Presidente e os vereadores com pelouros visitaram o local e sabem que aquelas instalações, estão sem janelas, com paredes húmidas e bolorentas, com salas onde chove lá dentro, com WC's inutilizáveis por problemas na canalização...

Sra Presidente, Sra vereadora Célia e Sr vereador Caetano, restantes munícipes: deixariam os vossos filhos nestas condições?

Esta falta de condições das nossas instituições e a degradação dos espaços que as crianças ocupam não é única no concelho. Ainda recentemente a RTP 1 mostrou a todo o país a situação em que a Entidade Casa d'Árvore desenvolvia as atividades das crianças. Os responsáveis autárquicos com pelouros deviam ter vergonha que as nossas crianças estivessem nestas condições precárias. Ainda bem que veio a televisão para solucionar aquele problema, será que a Sra Presidente, a vereadora Célia e o vereador Caetano estarão à espera que as salas onde os escuteiros da Vieira estão, sejam também divulgadas na televisão?

A escola dos Outeiros fechou no final do passado ano letivo. Passaram quase 9 meses e continua devoluta, com entidades a manifestarem que têm tanta necessidade daquele espaço. Que razões terão para que a decisão não estivesse já tomada, para mais que há muitos meses que andamos a alertar o executivo permanente. Aliás foi repetidamente afirmado pela Sra. Presidente e pela vereadora Célia, que convocaria uma reunião com os sete membros do executivo, para tomarmos uma decisão colegial, facto que não quiseram fazer, tomando uma decisão unilateral.

Sra. Presidente, Sra. Vereadora Célia, Sr. Vereador Caetano, quando é que entendem que os 7 membros do executivo representamos todo o povo do concelho da Marinha Grande, mas que os 3 membros do executivo permanente não representam a maioria dos marinhenses? Aliás, mesmo os que votaram em vós, estarão incrédulos perante a decisão que tomaram de não dar uma solução condigna às três entidades candidatas!

Com seriedade nunca deviam ter prometido o que não era vosso, e muito menos prometer a mesma Escola dos Outeiros às três entidades.

~

De nada vos valerá virem vitimizar-se, como habitualmente, porque os atos e as ações são claros e ficam com quem os pratica. Continuam a discriminar os habitantes da nossa terra, beneficiando uns, alheando-se de outros. Caiu a máscara.

Na perspetiva dos vereadores do MPM, bem como de todos os apoiantes e gente de bom senso, entende todas as entidades, as empresas e os munícipes como IGUAIS. Sejam justos.

A nossa discordância para com a proposta de deliberação do executivo permanente é com o procedimento adotado (falta/incapacidade de consenso/articulação entre as diferentes partes) e o facto de não ser encontrada uma solução para as três associações, bem como o facto de ter sido tomada unilateralmente e não com todos os membros do executivo, como tinham anunciado e seria de bom senso.

Entendemos, portanto, que devemos fazer parte da solução, e não estamos confortáveis para decidir este ponto sem que as três entidades vejam satisfeitas as suas necessidades, ou seja, todas tenham uma solução.

Sugiro que retire o ponto, e que venha uma deliberação com a solução para as três entidades. Com isto não estamos a dizer que não se deve entregar a Escola dos Outeiros à CRPI e à Casa Águia, como é vossa intenção, mas conjuntamente terá de vir a solução para os escuteiros.

Somos eleitos para tomar decisões, mas estas deverão ser justas e não selecionar os marinhenses em filhos e enteados.”

A **Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho** disse que lamentava a falta de jeito pela forma como foi conduzido o processo. O facto de a escola só ter ficado livre em dezembro é uma argumentação ridícula, porque a decisão podia ter sido tomada com a condição de retirada do material. Demorou demasiado tempo a tomada da decisão, com as mais variadas desculpas.

Referiu que pensava que a decisão a ser tomada seria pelos 7 elementos, mas não foi marcada nenhuma reunião, não foram chamados à decisão e são agora confrontados com a decisão para cedência a duas instituições, deixando uma de fora.

Disse que as Vereadoras da CDU também não concordam com esta proposta, sem que se arranje uma solução para a outra instituição. Não dormirá descansada enquanto não se encontrar uma solução para os Escuteiros.

A **Sr.^a Vereadora Lara Lino** referiu que o Sr. Vereador Aurélio fez o enquadramento das candidaturas das três instituições, ficando de fora os Escuteiros, que é constituído por um grupo de crianças, onde têm uma atividade regular e onde são bem acolhidos e se sentem seguros, e o espaço que ocupam parece-lhe já estar em perigo para a saúde pública. Já que se esperou tanto tempo, e embora saiba que a Sr.^a Vereadora vai dizer que era acusada de não resolver, questionou porque é que não marcou a reunião.

A **Sr.^a Vereadora Célia Guerra** lembrou que enviou aos Srs. Vereadores toda a documentação.

A **Sr.^a Vereadora Lara Lino** referiu que pensava que depois se marcaria a reunião.

A **Sr.^a Vereadora Célia Guerra** disse que há uma solução para os Escuteiros, que é a Escola da Passagem, que ficará vaga em junho. Neste momento não há, e a Câmara só poderá ceder o que tem.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** perguntou se houve alguma intervenção da Igreja.

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** informou que tinha chamado à Câmara o Sr. Padre, que lhe disse que não se queria envolver no processo, e também lhe disse que era da responsabilidade da Igreja o espaço onde estão os Escuteiros.

Seguiu-se uma troca de palavras sobre o facto de os restantes membros do executivo não terem sido ouvidos.

A **Sr.ª Presidente** disse que o processo tem um historial e antecedentes. Se agora fosse cedido o espaço aos Escuteiros e à CRPI ficava uma instituição sem espaço, a quem seria depois cedida a Escola da Passagem, só que isto não é possível porque os Escuteiros têm dito que precisam de todo o espaço.

Sendo uma das prioridades do executivo permanente a 3.ª idade, e porque tem sido permanentemente perguntado à Vereadora pela decisão, que os Srs. Vereadores deixaram para o executivo permanente, aqui está a proposta, para ser discutida e votada, não sendo possível ser para todos. Se for para os Escuteiros ficam duas instituições de fora.

A **Sr.ª Vereadora** reuniu com as três instituições e chegou-se à conclusão que duas poderiam ocupar o espaço, ficando a outra para a Escola da Passagem, quando ficar livre, em junho.

Está aqui a proposta, e se os Srs. Vereadores não concordarem com ela podem fazer uma proposta diferente, de acordo com os critérios que entendam. Esta é a proposta do executivo permanente, de acordo com os critérios entendidos, que é o diagnóstico social e as necessidades das instituições.

A **Sr.ª Presidente** deixou ainda o esclarecimento sobre as instalações da Casa d'Árvore, vistas na televisão, que são arrumações, e onde o Preço Certo fez arranjos, porque as crianças estão nas instalações cedidas pelo ICNF e não ali. É bom deixar este esclarecimento.

De seguida a **Sr.ª Presidente** disse que ia por a proposta a votação.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que ainda queria falar, assim como a **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho**.

A **Sr.ª Presidente** deu-lhes a palavra.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que na sua opinião deve ficar escrito na deliberação tudo o que for decidido, porque não chegam promessas.

É verdade que pediram por várias vezes que trouxessem a proposta, mas também queriam fazer uma reunião. Esteve marcada, não se realizou, mas entendeu que tinha sido adiada e não cancelada. Foi com isso que a **Sr.ª Vereadora** se comprometeu, é isso que querem, e depois virá a proposta, com tudo escrito sobre o que se irá fazer para as três instituições.

Questionou que outros espaços, que não as escolas, a CMMG tem na Vieira. Gostava de ter essa informação para ver se há uma outra solução e poder ser estudada outra alternativa.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que a solução tem que ser encontrada para as três instituições e também concorda que na deliberação deve constar a solução para as três.

Colocou a hipótese de dar um apoio aos Escuteiros, para reabilitarem o espaço onde estão, porque lhe parece que eles não quererão ir para a Passagem. Parece-lhe que poderá ser uma solução a ser falada com os Escuteiros (cujos representantes já não se encontravam na sala), porque, tal como a **Sr.ª Presidente** diz, é importante apoiar a CRPI, mas também é

importante apoiar os Escuteiros. Não pode ficar uma instituição de fora. Era isto que deveria ter sido conversado na reunião.

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** referiu que aquilo que sabe é que a Igreja querera as instalações onde estão os Escuteiros para aumentar o centro de dia.

Seguiu-se uma troca de impressões sobre os eventuais locais na Vieira para poderem ser cedidos aos Escuteiros.

A **Sr.ª Presidente** enumerou algumas alternativas para futuras instalações, alertando contudo que agora tem que se pensar no que a Câmara tem e não naquilo que ainda não tem.

Nesta altura a Sr.ª Presidente fez um intervalo na reunião, que decorreu das 17:50 horas às 18:40 horas.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que votará favoravelmente esta proposta, se ficar na deliberação o compromisso de a Câmara ceder a Escola da Passagem aos Escuteiros, fazendo as obras necessárias.

Dado que todos os Srs. Vereadores concordaram com este compromisso, a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

198 - Atendendo a que o antigo Edifício Escola Básica dos Outeiros encontra-se disponível e que importa salvaguardar a sua conservação através da sua utilização;

Atendendo a que o imóvel tem uma área total disponível de 280 m² (composto por duas salas de aula grande e duas salas pequenas e ainda por quatro espaços, sendo dois destes destinados a sanitários) a que corresponde um valor estimado, no mercado de arrendamento, de 420,00€ mensais.

Atendendo a que em situações idênticas a Câmara Municipal concedeu o uso dos espaços similares para a instalação de associações do concelho;

Atendendo a que foram rececionados na Câmara Municipal três pedidos de cedência de instalações, a saber:

Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos da Freguesia de Vieira de Leiria, com o registo de entrada E/8897/2018, datado de 28 de setembro de 2018, a solicitar as instalações da Escola Básica dos Outeiros em Vieira de Leiria para a instalação e funcionamento da sede da Associação, onde se destaca:

- privilegiar outras atividades que atualmente não consegue desenvolver por falta de espaço, designadamente na dinamização de ateliês inseridos no Projeto 60+;
- apoiar de forma regular cerca de 60 utentes, na sua maioria pessoas idosas e com mobilidade reduzida, sem autonomia para deslocações para fora da sua área de residência.
- ambicionar poder ser considerada como Universidade Sénior;

- pretender reduzir os encargos com a instalação da sua sede na Escola dos Outeiros, em virtude de se encontrarem atualmente em instalações arrendadas, com um custo mensal de 200,00€;
- a localização da Escola dos Outeiros é próxima da atual sede, não constituindo por isso um entrave na deslocação dos utentes da associação;
- recetividade em poder partilhar o espaço da escola com outra entidade, caso isso venha a suceder;
- os projetos desenvolvidos são de importância vital, na medida em que vem colmatar a falta de apoio existente na área da 3.ª Idade;
- receber os utentes, dar-lhes apoio, promover e desenvolver atividades, sobretudo aos utentes que ainda têm alguma mobilidade e que gostam de sair de casa;

Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 1076 Vieira de Leiria, com registo de entrada E/8917/2018, datado de 27 de setembro de 2018, a solicitar as instalações da Escola Básica dos Outeiros em Vieira de Leiria para a instalação e funcionamento da sede do Agrupamento, onde se destaca:

- mudança de instalações para um local condigno com a atividade que o Agrupamento desenvolve;
- as atuais instalações encontram-se desagradadas;
- privilegiar mais atividades que atualmente não conseguem desenvolver por falta de condições dos espaços;
- os projetos desenvolvidos são de importância vital, na medida em promovem atividades pedagógicas e formativas das crianças e jovens do Agrupamento e da comunidade;
- criar momentos de convívio abertos a toda a comunidade, num espaço seguro, higienizado e com maior nível de conforto que a atual sede;
- fomentar reuniões e encontros entre secções, dirigentes, pais e encarregados de educação
- proximidade da escola dos Outeiros com a igreja da Vieira de Leiria;

Grupo Desportivo Casa Águia Competição, com o registo de entrada E/8105/2018, datado de 04 de setembro de 2018, a solicitar as instalações da Escola Básica dos Outeiros em Vieira de Leiria para a instalação e funcionamento da sede da Associação, onde se destaca:

- privilegiar outras atividades que atualmente não consegue desenvolver por falta de espaço, designadamente na captação e formação de mais praticantes da modalidade de pesca;
- promover a modalidade e a freguesia de Vieira de Leiria nacional e internacionalmente, possuindo aproximadamente 116 associados;
- pretender a instalação da sua sede na Escola dos Outeiros, em virtude de não possuir qualquer espaço físico;
- recetividade em poder partilhar o espaço da escola com outra entidade, caso isso venha a suceder;
- os projetos desenvolvidos são de importância vital, na medida em promovem, através da participação em provas federativas e não federativas, a freguesia de Vieira de Leiria e consequentemente o concelho da Marinha Grande;
- necessidade de ter um espaço físico em Vieira de Leiria, onde possa receber os seus associados, dar-lhes apoio, promover e desenvolver atividades, sobretudo ao nível desportivo;

Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra se aplica à atribuição de apoios ou benefícios que tenham como beneficiários entidades que

desenvolvam atividades no concelho da Marinha Grande, nos termos do n.º 1 do artigo, no entanto, não se encontra previsto, como modalidade de apoio, no artigo 7.º do Regulamento, a cedência de instalações municipais de forma permanente.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio dos tempos livres, desporto e ação social, nos termos da alínea f) e h) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerando que compete ao Município da Marinha Grande, criar, construir e gerir instalações integrados no património do município, nos termos da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerando a análise efetuada aos três pedidos supra, entende-se ser mais conveniente a atribuição partilhada do imóvel às entidades: **Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos da Freguesia de Vieira de Leiria e Grupo Desportivo Casa Águia Competição**, tendo presente os seguintes aspetos:

1. Qualquer uma das entidades é equitativamente merecedora do reconhecimento e do apoio da Câmara Municipal pelo trabalho desenvolvido em prol da comunidade;
2. Esta proposta permite dar resposta no imediato a duas entidades em simultâneo, tendo as mesmas manifestado a disponibilidade para partilhar o espaço;
3. Os utentes da Comissão de Reformados e Pensionistas e Idosos da Freguesia de Vieira de Leiria são maioritariamente idosos como mobilidade reduzida e sem autonomia, para deslocação para fora da sua área de residência;
4. A disponibilização a curto prazo de uma outra instalação municipal, na freguesia de Vieira de Leiria, permitirá dar resposta ao pedido do Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 1076 de Vieira de Leiria, sendo que esta entidade, pela sua dimensão, não pode partilhar o espaço;

A Câmara Municipal analisou a referida informação e delibera, no uso das competências previstas nas alíneas u) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, ceder:

- a parte poente, que faz parte integrante do antigo Edifício da Escola Básica dos Outeiros, sito cruzamento entre a Rua do Covão e a Rua de Casal D'Anja, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com a área calculada de 140m², à Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos da Freguesia de Vieira de Leiria, através da celebração de um contrato de comodato, cuja minuta se anexa, por um período de dois anos, renovável anualmente, para a referida Associação ali instalar a sua sede social, traduzindo-se num benefício mensal avaliado em cerca de 210,00€ (140m² a um valor corrente de 1,50€/m²) correspondendo a um total anual de 2.520,00€;

- a parte nascente, que faz parte integrante do antigo Edifício da Escola Básica dos Outeiros, sito cruzamento entre a Rua do Covão e a Rua de Casal D'Anja, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com a área calculada de 140m², ao Grupo Desportivo Casa Águia Competição, através da celebração de um contrato de comodato, cuja minuta se anexa, por um período de dois anos, renovável anualmente,

para a referida Associação ali instalar a sua sede social, traduzindo-se num benefício mensal avaliado em cerca de 210,00€ (140m2 a um valor corrente de 1,50€/m2) correspondendo a um total anual de 2.520,00€.

Mais delibera que quando a Escola EB1 da Passagem estiver disponível (prevê-se no final do ano lectivo em curso), será atribuída ao Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 1076 de Vieira de Leiria, em situação infraestrutural análoga à da Escola dos Outeiros.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

1. Aprovação da ata n.º 6, da reunião ordinária do dia 25 de fevereiro de 2019

199 - Presente a ata n.º 6, da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 25 de fevereiro de 2019, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Mêlina Mira, por não ter estado presente na reunião.

2. "Transferência de novas competências para os Órgãos Municipais - Decreto-Lei n.º 20/2019 que Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos - Exercício dessas competências no ano de 2019"

200 - A Senhora Presidente da Câmara Municipal apresentou a seguinte proposta:

A - No dia 30 de janeiro de 2019 foi publicado o Decreto Decreto-Lei n.º 20/2019, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos.

B - O Decreto-Lei 20/2019 estabelece claramente que os municípios que queiram opor-se ao exercício destas novas competências no decurso do ano de 2019, devem fazer comunicação desse facto à DGAL até 01 de abril de 2019;

C - Analisado o Decreto-Lei acima identificado e todo o quadro legal disponível sobre a transferências de (novas) competências para os órgãos municipais, verifica-se que não existe um conhecimento pleno sobre a real extensão e alcance das novas competências, nomeadamente no que respeita aos montantes das transferências financeiras do Estado para as entidades que vão receber as novas competências e se as transferências das novas competências serão, ou não, acompanhadas de recursos humanos e, em caso afirmativo, qual o seu número.

D - A aceitação das competências neste domínio terá um forte impacto, além de financeiro, na estrutura organizacional da Câmara Municipal que, efetivamente, não está totalmente preparada tal, considerando que presentemente o serviço médico-veterinário é assegurado apenas por uma Técnica Superior;

E - Após análise, apreciação e discussão do presente diploma setorial, conclui-se que **não estão reunidas as condições necessárias para, no ano de 2019, assumir o exercício e assunção das competências** previstas no Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais **no domínio da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos**, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

F - Razão pela qual se entende que deve ser remetido à Assembleia Municipal da Marinha Grande a proposta de deliberação de **não aceitação do exercício das competências previstas no Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro**, considerando que **não estão reunidas as condições técnicas, financeiras e funcionais** necessárias para o exercício responsável e assunção das novas competências constantes do referido diploma.

G - Considerando quanto fica exposto acima a Câmara Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada, **deliberou por deliberou por maioria, com 5 votos a favor e 2 votos contra, propor à Assembleia Municipal deliberar que:**

a) Ao abrigo da sua competência prevista no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro, no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro e no n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro, **no ano de 2019, os órgãos municipais do Município da Marinha Grande não deverão poder exercer as competências previstas no diploma legal em epígrafe, por não se encontrarem reunidas as condições técnicas, financeiras e funcionais necessárias para o seu pleno e responsável exercício;**

b) A ata da deliberação seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterado.

Os Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, reiteraram a declaração de voto proferida na reunião extraordinária do passado dia 18/02/2019, que se transcreve:
“O reforço do poder local e a descentralização de competências em tese é uma coisa muito boa, pelo menos para nós que acreditamos que as autarquias conseguem fazer mais com menos recursos e conhecem muito melhor os problemas dos cidadãos do nosso concelho. Poderá haver algumas dificuldades internas, dado o nível do modelo de funcionamento desta câmara, das opções políticas que têm tomado, a manifesta dificuldade de gestão, entre tantos mais problemas.

A informação disponível existe apenas em abstrato. Não sabemos em concreto o que será transferido por cada diploma, bem como os recursos humanos, materiais e financeiros que necessitaremos para as executar. Tudo é uma nuvem sem clarificação, mas queremos decidir em consciência de que estamos a fazer o melhor para a nossa população.

Tendo em conta que mais tarde temos de vir a aceitar todas estas competências, precisamos, por agora, que a Câmara clarifique melhor alguns pontos e negocie com o governo, para estarmos preparados para aceitar estas competências, beneficiando os nossos munícipes sem acrescidos custos para a Câmara e consequentemente para os contribuintes marinhenses.

*Do ponto de vista genérico, sob condição de negociação de recursos humanos, financeiros e técnicos, **somos favoráveis à descentralização de todas as competências.***

Por essa razão entendemos votar contra a proposta de deliberação de não exercer as competências para os Órgãos Municipais - Exercício dessas competências no ano de 2019."

As Sr.ªs Vereadoras da CDU, Alexandra Dengucho e Lara Lino, referiram que votavam com a mesma declaração de voto proferida na reunião extraordinária do passado dia 25/01/2019, reiterada na reunião extraordinária de 18/02/2019, e que se transcreve:

"Quando falamos neste tema (descentralização para as autarquias) é fundamental ter em mente aspectos que devem reger esta matéria.

1º: o financiamento: sem finanças locais bem definidas não é possível realizar alterações condignas às situações com que nos defrontamos e temos que resolver. Relembramos que a 1ª Lei das Finanças Locais só foi publicada em 1979. Só que, desde então, todos os governos, inclusive o atual, nunca a cumpriram nas suas várias versões. E estamos a falar de muitos milhões de euros (e de contos) que foram retirados às autarquias locais!

2º: As competências que devem ser atribuídas a cada um dos níveis de poder: a Lei 1/79 (Lei das Finanças Locais) impôs ao governo que apresentasse na AR um projeto sobre as responsabilidades da administração central e do poder local quanto aos respectivos investimentos. Sucede porém que, apesar de aprovada por unanimidade em 27/6/1976 (projeto de Lei do PCP) tal Lei nunca foi publicada. Conclusão: estamos num limbo, vivemos num regime sem racionalidade e de falsa legitimidade em todas as situações em que têm sido concretizadas as "diversas descentralizações".

3º: Depois temos ainda que definir bem as articulações e a coordenação entre o poder central, as regiões administrativas e os municípios. Não havendo regiões administrativas podemos estar a eternizar uma solução que emperra todo o processo da regionalização.

Estamos perante um processo em que o Governo em vez de procurar descentralizar competências, está antes a tentar desconcentrar a incompetência!

Por outro lado, não podemos de deixar de chamar a atenção para o acentuar das assimetrias regionais que esta descentralização pode provocar.

Concluindo: que fique bem claro que não estamos contra a descentralização, é algo que a CDU defende há largos anos, a qual não pode ser desgarrada da criação das regiões administrativas, com reposição das freguesias liquidadas contra a vontade das populações, devendo ser encetado um processo de recuperação da capacidade financeira dos municípios e da sua plena autonomia, devendo identificar-se claramente no domínio das novas competências, as que se adequam ao nível municipal e que não comprometam direitos e funções sociais do Estado (designadamente a sua universalidade) e sejam acompanhadas dos meios financeiros adequados, e não pretexto para a desresponsabilização do Estado por via de um subfinanciamento que o atual processo institucionaliza.

Entendemos que há competências, já neste pacote legislativo, que faz todo o sentido serem assumidas pelas autarquias, mas devemos aproveitar o tempo que a Lei nos concede para nos prepararmos o melhor possível para as aceitarmos.

A Srª Presidente, aceitando já estas competências, depois não se venha lamentar que os recursos não chegam, que não tem dinheiro, que o dinheiro não chega para tudo, que não dispõe de recursos humanos para assegurar o que está agora, e já, disposta a aceitar!

São conhecidas as dificuldades que este Executivo Permanente tem em cumprir as suas próprias competências, quanto mais novas competências que eram, até agora, do Governo Central!

Face aos motivos expostos, votámos no sentido da não aceitação das competências propostas.”

As Sr.ªs Vereadoras da CDU declararam ainda o seguinte:

“A declaração de voto é a mesma, reforçada pelo facto de as competências em análise se revestirem de enorme importância em setores chave do desenvolvimento social e que, mais uma vez, vêm desacompanhadas dos meios financeiros e recursos humanos indispensáveis ao bom funcionamento dos mesmos.”

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

FINANÇAS E TESOUREARIA

3. Resumo de Tesouraria do dia 19 de março de 2019

Presente o resumo da Tesouraria Municipal referente ao dia dezanove de março de dois mil e dezanove, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **13.310.407,77€** (treze milhões, trezentos e dez mil, quatrocentos e sete euros e setenta e sete cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

BALCÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

4. Isenção do pagamento de taxas

201 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

A Associação de Patinagem Inline Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído para a realização do Campeonato Nacional de Patinagem, nos dias 25 e 26 de maio de 2019.

- Autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas.

Presente a informação nº 23/CS de 19 de março 2019, respetivamente, fundamentada de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Associação de Patinagem Inline Marinha Grande do pagamento das taxas devidas pela emissão da licença especial de ruído e da autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

5. Autorização para pagamento de taxas em prestações

202 - Presente os requerimentos:

- registo de entrada E/596/2019 em que Eugénia Maria Pereira dos Santos Seixas, solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 1020 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

- registo de entrada E/780/2019 em que Alda Maria Lajoso Mondego Franco, solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 1227 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

Nos termos do nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal pode autorizar o pagamento em prestações das taxas nele previstas, mediante requerimento fundamentado e acompanhado dos elementos previstos no n.º 2 do citado artigo.

Presentes as informações nºs 8/CS e 9/CS de 19 de março de 2019, onde se confirma que os pedidos estão instruídos e acompanhados dos elementos previstos no n.º 2 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Assim, ao abrigo da competência prevista no nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera autorizar aos requerentes identificados o pagamento da taxa de concessão das sepulturas perpétuas do Cemitério de Casal Galego, em 8 prestações mensais.

Mais delibera anular a guia de receita nº 2019/2/2831 de 27/02/2019, no valor de 1.000,00€ e a guia de receita nº 2019/2/2807 de 26/02/2019, no valor de 1.000,00€, para que sejam emitidas as guias de receita referentes às prestações.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

As Sr.ªs Vereadoras da CDU, Alexandra Dengucho e Lara Lino, proferiram a seguinte declaração de voto:

“As vereadoras do PCP, Alexandra Dengucho e Lara Lino declaram votar favoravelmente a autorização para pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua em 8 prestações mensais no entanto entendem apresentar os seguintes considerandos:

- Desde há vários anos que o PCP tem vindo a propor a revisão em baixa da Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, não concordando com os valores praticados atualmente.*
- Neste ponto em concreto, a taxa para a concessão da sepultura perpétua sofreu um aumento de cerca de 330%, passando de 300€ para 1000€, considera-se este aumento completamente abrupto e inadequado.*
- É evidente o esforço que este aumento obriga às famílias, que se confirma pelos sucessivos pedidos de pagamento em prestações.*

Esta é uma decisão de carácter social, que deve ser revista com a máxima urgência, ajustada às condições de vida da população de Marinha Grande pelo que se propõe a revisão em baixa das Taxas Municipais.”

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

GESTÃO URBANÍSTICA

6. Req.º nº 2247/18, datado de 17/12/2018 - Proc.º nº 531/18, datado de 17/12/2018 - Joaquim Jesus Duarte

203 - Presente pedido com o registo n.º 2247/18, datado de 17/12/2018, relativo a **legalização de edificações em exploração pecuária**, sita na Quinta do Fagundo, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1248 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 10078, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 531/18, com data de entrada de 17/12/2018, apresentado por **Joaquim Jesus Duarte**, com o NIF 132 490 919, residente na rua Maria Elisa - Casalito, n.º 1500, freguesia de Amor e concelho de Leiria, a solicitar a aprovação do respetivo projeto de arquitetura;

Presente documento com o registo n.º 709/16, datado de 03/05/2016, enviado pela Delegação Regional de Leiria da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, com a ata de conferência decisória, realizada a 20/04/2016 nas instalações daquela entidade, na qual se proferiu deliberação favorável condicionada ao processo de regularização extraordinária, realizado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5/11, apresentado para a presente exploração pecuária, em nome de Agro-Pecuária Santo André, Lda.;

Presente informação técnica, datada de 07/03/2019, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura elaborado em conformidade com o respetivo processo de regularização extraordinário, encontrando-se em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura referente ao pedido de legalização de edificações em exploração pecuária, sita na Quinta do Fagundo, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1248 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 10078, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 531/18, com data de entrada de 17/12/2018, apresentado por Joaquim Jesus Duarte, com o NIF 132 490 919, residente na rua Maria Elisa - Casalito, n.º 1500, freguesia de Amor e concelho de Leiria, com o condicionalismo de apresentar, no prazo de seis meses a contar da data de notificação da presente decisão, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE, dos projetos de especialidade aplicáveis.

Mais delibera informar que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEU), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

7. Req.º nº 2216/18, datado de 11/12/2018 - Proc.º n.º 527/18, datado de 11/12/2018 - Mário Carneiro da Cruz e Maria Cristina Guerra Luís da Cruz

204 - Presente requerimento n.º 2216/18, registado em 2018/12/11, subscrito por **Mário Carneiro da Cruz**, com o NIF 165567767, e por **Maria Cristina Guerra Luís da Cruz**, com o NIF 141263369, ambos com morada na Rua do Comércio, n.º 25, Carvide, Leiria, constante do processo camarário n.º 527/17, registados em 2018/12/11, referente a pedido de licenciamento de obra de **construção de um edifício com 2 fogos de habitação e muros de vedação**, a erigir no prédio urbano sito na Rua dos Lenhadores, lugar do Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 20334-P e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16371.

Presente parecer técnico, datado de 2019/03/12, a indicar que o projeto de arquitetura se apresenta apto à tomada de decisão.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

- DEFERIR, nos termos da alínea a) do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 155/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura, constante do processo camarário n.º 527/17, registados em 2018/12/11, referente a pedido de licenciamento de obra de construção de um edifício com 2 fogos de habitação e muros de vedação, a erigir no prédio urbano sito na Rua dos

Lenhadores, lugar do Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 20334-P e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16371, apresentado por Mário Carvalheiro da Cruz, com o NIF 165567767, e por Maria Cristina Guerra Luís da Cruz, com o NIF 141263369, ambos com morada na Rua do Comércio, n.º 25, Carvide, Leiria.

- Aceitar a cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 53,35 m2, destinada a passeio, situada ao longo da frente do prédio confinante com a Rua dos Lenhadores, conforme descrição e configuração constante da peça gráfica “Implantação e Proj. Muro Frontal, Desenho n.º 1”, entregue a coberto do requerimento n.º 2216/18, registado em 2018/12/11, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

- Informar os interessados que deve apresentar no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

8. Req.º nº 382/19, datado de 25/02/2019 - Proc.º n.º 150/18, datado de 27/04/2018 - João Rodrigues Correia

205 - Presentes requerimentos n.º 826/18, n.º 1600/18 e n.º 382/19, registados em 2018/04/27, 2018/09/05 e 2019/02/25, respetivamente, subscritos por **João Rodrigues Correia**, com o NIF 146590058, com residência na Rua Dr. António Luís Gomes - Bloco D, n.º 1A - 1º Frente, Vieira de Leiria, constantes do processo camarário n.º 150/18, registado em 2018/04/27, referente a pedido de **licenciamento de obra de construção de uma moradia e muros**, no prédio rústico sito na Rua Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa, lugar de talhões de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 5660, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1469.

Presente parecer técnico, datado de 2019/03/07, a indicar que o projeto de arquitetura se apresenta apto para aprovação.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

- DEFERIR, nos termos da alínea a) do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 155/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura, constante do processo camarário n.º n.º 150/18, registado em 2018/04/27, referente a pedido de licenciamento de obra de construção de uma moradia e muros, no prédio rústico sito na Rua Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa, lugar de talhões de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 5660, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1469, apresentado por João Rodrigues Correia, com o NIF 146590058, com residência na Rua Dr. António Luís Gomes - Bloco D, n.º 1A - 1º Frente, Vieira de Leiria.

- Informar o interessado que deve apresentar no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

9. Req.º nº 1392/18, datado de 27/07/2018 - Proc.º n.º 204/18, datado de 30/05/2018 - Maria Rosa Ortigoso Marques

206 - Presentes requerimentos n.º 1024/18 e n.º 1342/18, registados em 2018/05/30 e 2018/07/27, respetivamente, subscritos por **Maria Rosa Ortigoso Marques**, com o NIF 133928721, residente na Rua Infante D. Henrique, n.º 8, 1º D.to, freguesia e concelho de Marinha Grande, constante do processo camarário n.º 204/18, registados em 2018/05/30, referente a pedido de licenciamento de obra de **construção de um edifício com 2 fogos de habitação e muro de vedação**, a erigir no prédio urbano sito na Rua do Pinhal às Trutas, lugar do Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, omissa na matriz predial e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15229.

Presente parecer técnico, datado de 2019/03/14, a indicar que o projeto de arquitetura se apresenta apto à tomada de decisão.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

- DEFERIR, nos termos da alínea a) do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 155/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura, constante do processo camarário n.º 204/18, registados em 2018/05/30, referente a pedido de licenciamento de obra de construção de um edifício com 2 fogos de habitação e muro de vedação, a erigir no prédio urbano sito na Rua do Pinhal às Trutas, lugar do Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, omissa na matriz predial e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15229, apresentado por Maria Rosa Ortigoso Marques, com o NIF 133928721, residente na Rua Infante D. Henrique, n.º 8, 1º D.to, freguesia e concelho de Marinha Grande,

- Aceitar a cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 90,76 m2, destinada a passeio, situada ao longo da frente do prédio confinante com a Rua do Pinhal às Trutas, conforme descrição e configuração constante da peça gráfica “Implantação, Desenho n.º 2 A”, entregue a coberto do requerimento n.º 1342/18, registado em 2018/07/27, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

- Informar a interessada que deve apresentar no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**10. Req.º nº 1969/18, datado de 30/10/2018 - Proc.º nº 464/18,
datado de 30/10/2018 - Ermelinda Pereira Ferreira Sapateiro Matias**

207 - Presente pedido com o registo n.º 1969/18, datado de 30/10/2018, relativo a **legalização de alterações a estabelecimento de serviços** (restauração e bebidas), sito na rua 1º de Dezembro, Amieirinha, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13338 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 14091, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 464/18, com data de entrada de 30/10/2018, apresentado por **Ermelinda Pereira Ferreira Sapateiro Matias**, com o NIPC 119 892 596, residente na rua Sociedade Beneficência e Recreio 1º de Janeiro, n.º 12, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a aprovação do projeto de arquitetura respetivo.

Presente informação técnica, datada de 19/03/2019, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento relativo à legalização de alterações a estabelecimento de serviços (restauração e bebidas), sito na rua 1º de Dezembro, Amieirinha, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13338 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 14091, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 464/18, com data de entrada de 30/10/2018, apresentado por Ermelinda Pereira Ferreira Sapateiro Matias, com o NIPC 119 892 596, residente na rua Sociedade Beneficência e Recreio 1º de Janeiro, n.º 12, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, com o seguinte condicionalismo:

1.- Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente decisão, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE, dos projetos de especialidade aplicáveis.

Mais delibera informar o requerente que a concessão da respetiva autorização de utilização ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**11. Req.º nº 2160/18, datado de 30/11/2018 - Proc.º nº 325/18, datado de 06/08/2018 -
Ibasi - Construções Metálicas, Unipessoal Lda**

208 - Presentes requerimentos n.º 1441/18 e n.º 2160/18, registados em 2018/08/06 e 2018/11/30, respetivamente, subscritos por IBASI - Construções Metálicas Unipessoal, LDA com o NIPC507730240, com sede na Rua dos Francos n.º 169, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, constante do processo camarário n.º 325/18, registados em 2018/08/06, referente a pedido de licenciamento de obra de **construção de um edifício com 2 fogos de habitação e muros de vedação**, a erigir no prédio urbano sito na Rua da Panificadora, lugar do Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz

sob o artigo n.º 20347-P e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4433.

Presente parecer técnico, datado de 2019/03/20, a indicar que o projeto de arquitetura se apresenta apto à tomada de decisão.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

- DEFERIR, nos termos da alínea a) do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 155/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura, constante do processo camarário n.º 325/18, registados em 2018/08/06, referente a pedido de licenciamento de obra de construção de um edifício com 2 fogos de habitação e muros de vedação, a erigir no prédio urbano sito na Rua da Panificadora, lugar do Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz sob o artigo n.º 20347-P e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4433, apresentado por IBASI - Construções Metálicas Unipessoal, LDA com o NIPC507730240, com sede na Rua dos Francos n.º 169, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande.

- Aceitar a cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 86 m2, destinada a estacionamento e passeio, situada ao longo da frente do prédio confinante com a Rua da Panificadora, conforme descrição e configuração constante da peça gráfica “Implantação e Projeto de Muro Frontal, Desenho n.º 1A”, entregue a coberto do requerimento n.º 2160/18, registado em 2018//30, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

- Informar a interessada que deve apresentar no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

12. Req.º nº 410/19, datado de 27/02/2019 - Proc.º n.º 429/17, datado de 22/09/2017 - Reinados e Predicados Lda

209 - Presente pedido com o registo n.º 410/19, datado de 27/02/2019, relativo a licenciamento de **ampliação de edifício destinado a habitação, comércio e serviços**, sito na rua Marquês de Pombal, n.º 32 e 34, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20177 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20045, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 429/17, com data de entrada de 22/09/2017, apresentado por **Reinados e Predicados Lda**, com o NIPC 513 861 769, com sede na Praça Stephens, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 20/02/2018;

Presente informação técnica, datada de 11/03/2019, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 13/03/2019, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o processo de licenciamento da ampliação de edifício destinado a habitação, comércio e serviços, sito na rua Marquês de Pombal, n.º 32 e 34, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20177 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20045, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 429/17, com data de entrada de 22/09/2017, apresentado por Reinados e Predicados Lda, com o NIPC 513 861 769, com sede na Praça Stephens, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 - Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

13. Req.º nº 1957/18, datado de 29/10/2018 - Proc.º n.º 245/17, datado de 14/06/2017 - Albertino Alves Monteiro

210 - Presente requerimento n.º 1957/18, registado em 2018/10/29, subscrito por **Albertino Alves Monteiro**, com o NIF 105439908, com residência na Rua do Brejo, n.º 18 - R/C, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de **licenciamento do projeto de alterações da obra de construção de moradia e muros de vedação**, formulado na vigência do Alvará de Obras de Construção n.º 25/18, do processo camarário n.º 245/17.

Presente parecer técnico, datado de 2019/03/07, que atesta encontrar-se o projeto em condições de ser aprovado.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

- DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de

dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, referente ao pedido de licenciamento do projeto de alterações da obra de construção de uma moradia e muros de vedação, formulado na vigência do Alvará de Obras de Construção n.º 25/18, do processo camarário n.º 245/17, a incidir no prédio rústico sito na Rua Álvaro Domingues, no lugar do Forno da Telha, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 9031, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16487, apresentado por Albertino Alves Monteiro, com o NIF 105439908, com residência na Rua do Brejo, n.º 18 - R/C, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande,

- Informar que foi revista a dimensão da faixa de terreno para passeio, contudo mantém-se a decisão de aceitar a cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 45,74 m2, ao longo da frente do prédio confinante com a Rua Álvaro Domingues, conforme descrição e configuração constante da peça gráfica correspondente à “*Implantação - Definitivo*”, “*Desenho n.º 6*”, entregue a coberto do requerimento n.º 1957/18, registado em 2018/10/29, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1- Deverá requerer o averbamento ao Alvará de Obras de Construção das alterações aprovados, nos termos e para os efeitos do n.º 7 do art.º 27.º do RJUE.
- 2- Mantêm-se as condições expressas nas alíneas 1 a 5 da Deliberação da Câmara Municipal de 2018/03/19.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

14. Req.º nº 149/19, datado de 19/02/2019 - Proc.º n.º 347/17, datado de 02/08/2017 - Alzira Caseiro Oliveira Lagoa Serrador

211 - Presente requerimento n.º 149/19, datado de 2019/02/19, constante do processo camarário n.º 347/17, subscrito por **Alzira Caseiro Oliveira Lagoa Serrador** e outros, com o NIF 145342026, residente em rua Comandante Almeida Henriques, n.º 14, 4.º, freguesia e concelho de Leiria, referente ao pedido de licenciamento da obra de “**Legalização de Alteração de Moradia Unifamiliar e Anexo**” incluindo a “**Demolição e Construção de Muro de Vedação**”, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua do Vale, lugar de Água de Madeiros, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20335 e inscrito na matriz sob o artigo número 11052, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2018/10/29.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2019/03/11, relativo aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da

obra de **“Legalização de Alteração de Moradia Unifamiliar e Anexo”** incluindo a **Demolição e Construção de Muro de Vedação**”, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua do Vale, lugar de Água de Madeiros, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20335 e inscrito na matriz sob o artigo número 11052, com o número de processo 347/17, com data de entrada em 2017/08/02, apresentado por Alzira Caseiro Oliveira Lagoa Serrador e outros, com o NIF 145342026, residente em rua Comandante Almeida Henriques, n.º 14, 4.º, freguesia e concelho de Leiria, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente um passeio/berma na extensão total do prédio confinante com a rua do Vale. Os materiais a aplicar no passeio deverão prever calçada grossa de calcário, incluindo a execução de uma valeta suave de modo a assegurar a drenagem da plataforma.
2. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 33,00m2, ao longo da frente do prédio confinante com a rua do Vale, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à **“PLANTA DE IMPLANTAÇÃO - FINAL”**, com o número **“8.2”**, datada de **“OUTUBRO 2018”**, entregue a coberto do requerimento n.º 1930/18, datado de 2018/10/23, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Mais delibera informar a requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da data da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, as obras de construção civil nas praias de São Pedro de Moel, Praia da Vieira de Leiria e Água de Madeiros, são suspensas do dia 1 de julho a 31 de agosto.
3. Nos termos do disposto no n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

15. Req.º nº 505/19, datado de 15/03/2019 - Proc.º nº 523/18, datado de 07/02/2018 - Nau Frágil - Bar, Unipessoal Lda.

212 - Presente pedido com o registo n.º 505/19, datado de 15/03/2019, relativo a construção de Apoio de Praia Completo com estabelecimento de restauração e bebidas, na unidade balnear 04 do plano de praia da Praia da Vieira, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 523/18, com data de entrada de 07/12/2018, apresentado por **Nau Frágil - Bar, Unipessoal Lda.**, com o NIPC 504 839 616, com sede na Av. Marginal, s/nº, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 21/12/2018;

Presente informação técnica, datada de 18/03/2019, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 18/03/2019, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a construção de Apoio de Praia Completo com estabelecimento de restauração e bebidas, na unidade balnear 04 do plano de praia da Praia da Vieira, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 523/18, com data de entrada de 07/12/2018, apresentado por Nau Frágil - Bar, Unipessoal Lda., com o NIPC 504 839 616, com sede na Av. Marginal, s/nº, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

4 – Nos termos do artigo 94.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, as obras nas praias do concelho são suspensas do dia 1 de julho até 31 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

16. Req.º nº 462/19, datado de 11/03/2019 - Proc.º n.º 399/18, datado de 21/09/2018 - Nuno Ricardo Tomé Pereira

213 - Presente requerimento n.º 462/19, datado de 2019/03/11, constante do processo camarário n.º 399/18, subscrito por **Nuno Ricardo Tomé Pereira**, com o NIF 221501240, residente em rua Joaquim Tomé Feteira, n.º 46A - 1.º dt., freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de um edifício de habitação unifamiliar, anexo e muros de vedação**”, a incidir sobre um prédio rústico sito em rua do Casal d’Anja, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 5589 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 6263, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2018/11/12.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2019/03/15, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e *republicado* pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “*Construção de um edifício de habitação unifamiliar, anexo e muros de vedação*”, a incidir sobre um prédio rústico sito em rua do Casal d’Anja, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 5589 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 6263, com o número de processo 399/18, com data de entrada em 2018/09/21, apresentado por Nuno Ricardo Tomé Pereira, com o NIF 221501240, residente em rua Joaquim Tomé Feteira, n.º 46A - 1.º dt., freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a rua do Casal d’Anja, com largura de 1,80m. Os materiais a aplicar no passeio deverão prever blocos de betão com as dimensões 0,10mx0,20mx0,06m, após execução da camada de base em tout-venant com 0,15m de espessura. O lancil deverá ser de betão pré-fabricado com uma largura de 0,15m e na zona das entradas deverá ser utilizado lancil de rampa com 0,40m de largura e lancil lateral com cantos de acabamento.
2. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 51,00m², ao longo da frente do prédio confinante com a rua Casal d’Anja, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “*Planta de Implantação*”, com o número “*PEÇA DESENHADA N.º 3*”, datada de “*Agosto de 2018*”, entregue a coberto do requerimento n.º 1714/18, datado de 2018/09/21, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, deverão, no prazo de um ano a contar da data da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

17. Req.º nº 490/19, datado de 14/03/2019 - Proc.º n.º, 26/19 datado de 24/01/2019 - Centimfe-Centro Tecnológico da Indústria de Moldes e Ferramentas Especiais e Plásticos

214 - Presente pedido com o registo n.º 490/19, datado de 14/03/2019, relativo a **alteração e ampliação de edifício de apoio a atividade industrial**, sito na rua de Espanha, no Lote 8 da Zona Industrial da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7402 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 13304, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 26/19, com data de entrada de 24/01/2019, apresentado por **Centimfe –**

Centro Tecnológico da Indústria de Moldes e Ferramentas Especiais e Plásticos, com o NIPC 502 593 822, com sede na Zona Industrial Casal da Lebre - rua de Espanha - Lote 8, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 12/03/2019.

Presente informação técnica, datada de 19/03/2019, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 19/03/2019, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o processo de licenciamento relativo a alteração e ampliação de edifício de apoio a atividade industrial, sito na rua de Espanha, no Lote 8 da Zona Industrial da Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7402 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 13304, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 26/19, com data de entrada de 24/01/2019, apresentado por Centimfe-Centro Tecnológico da Indústria de Moldes e Ferramentas Especiais e Plásticos, com o NIPC 502 593 822, com sede na Zona Industrial Casal da Lebre - rua de Espanha - Lote 8, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá requerer a emissão do respetivo alvará no prazo de um ano a contar da notificação, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 - Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

18. Req.º nº 409/19, datado de 27/02/2019 - Proc.º n.º 20/18, datado de 26/01/2018 - Imolazer - Imobiliária, Lda

215 - Presente requerimento n.º 409/19, datado de 2019/02/27, constante do processo camarário n.º 20/18, subscrito por **Imolazer - Imobiliária, Lda**, com o NIPC 506719065, com sede em rua do Repouso, n.º 48, lugar de Casal Galego, freguesia de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Alteração e ampliação de edifício destinado a habitação”**, a incidir sobre um prédio urbano, sito em rua 25 de Abril, n.º 40, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha

Grande sob o número 15302 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo número 2186, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2019/01/14.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2019/03/15, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de *“Alteração e ampliação de edifício destinado a habitação”*, a incidir sobre um prédio urbano, sito em rua 25 de Abril, n.º 40, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 15302 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo número 2186, com o número de processo 20/18, com data de entrada em 2018/01/26, apresentado por Imolazer - Imobiliária, Lda, com o NIPC 506719065, com sede em rua do Repouso, n.º 48, lugar de Casal Galego, freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Realização de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente o alargamento do passeio existente nas extremas confinantes com a rua 25 de Abril e rua das Piscinas, através da colocação de calçada miúda de pedra de calcário de cor idêntica ao existente, após execução de base em tout-venant com 0.15m de espessura, bem como o remate do pavimento em calçada idêntica à existente (granito com 0.11mx0.11m) na zona de concordância dos arruamentos, após a abertura de caixa e camada de base em agregado britado de granulometria extensa (tout-venant) com 0.30m de espessura. O lancil deverá ser de calcário com a largura de 0.13m.
2. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 37,40m², ao longo da frente do prédio confinante com a rua 25 de Abril e rua das Piscinas, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à *“Planta de Implantação - Definitivo Arranjos Exteriores”*, com o número “26”, datada de “12-11-2018”, entregue a coberto do requerimento n.º 2057/18, datado de 2018/11/13, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Mais delibera informar a firma requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da data da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

19. Req.º nº 286/19, datado de 06/02/2019 - Proc.º nº 185/16, datado de 19/05/2016 - Moldetefa - Indústria de Moldes para Plásticos Lda

216 - Presente pedido com o registo n.º 286/19, datado de 06/02/2019, relativo a legalização de alterações efetuadas em obra num edifício destinado a indústria, nos prédios situados na estrada do Guilherme, registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande

sob os n.ºs 16248 e 15208, inscritos respetivamente na matriz predial rústica sob os artigos n.ºs 2294 e 2295, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 185/16, com data de entrada de 19/05/2016, apresentado por **Moldetefa - Indústria de Moldes para Plásticos Lda**, com o NIPC 503 835 820, com sede na rua 1º de Dezembro, s/n, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 20/03/2019, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de alterações efetuadas em obra num edifício destinado a indústria, nos prédios situados na estrada do Guilherme, registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs 16248 e 15208, inscritos respetivamente na matriz predial rústica sob os artigos n.ºs 2294 e 2295, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 185/16, com data de entrada de 19/05/2016, apresentado por Moldetefa - Indústria de Moldes para Plásticos Lda, com o NIPC 503 835 820, com sede na rua 1º de Dezembro, s/n, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

20. Req.º nº 529/19, datado de 20/03/2019 - Proc.º nº 524/18, datado de 07/12/2018 - Summercaravel Lda.

217 - Presente pedido com o registo n.º 529/19, datado de 20/03/2019, relativo a construção de Apoio de Praia Completo com estabelecimento de restauração e bebidas, na unidade balnear 05 do plano de praia da Praia da Vieira, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 524/18, com data de entrada de 07/12/2018, apresentado por **Summercaravel Lda.**, com o NIPC 513 091 149, com sede na rua Dr. António Luís Gomes, n.º 1, r/c Dt.º, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 21/12/2018;

Presente projeto aprovado pela ARH Centro, a 30/11/2018.

Presente informação técnica, datada de 20/03/2019, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a construção de Apoio de Praia Completo com estabelecimento de restauração e bebidas, na unidade balnear 05 do plano de praia da Praia da Vieira, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 524/18, com data de entrada de 07/12/2018, apresentado por Summercaravel Lda., com o NIPC 513 091 149, com sede na rua Dr. António Luís Gomes, n.º 1, r/c Dt.º, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**
- 3 – Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**
- 4 – Nos termos do artigo 94.º do RMEUMG, as obras nas praias do concelho são suspensas do dia 1 de julho até 31 de agosto.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

21. Req.º nº 1941/18, datado de 25/10/2018 - Proc.º n.º 455/18, datado de 25/10/2018 - Franklim Fragata Agostinho

218 - Presente requerimento n.º 1941/18, registado em 2018/10/25, subscrito por **Franklim Fragata Agostinho**, com o NIF 117852783, residente na Rua de São Pedro de Moel, n.º 130, Marinha Grande, constantes do processo camarário n.º 455/18, referente ao pedido de **emissão de certidão comprovativa da satisfação dos requisitos de destaque** de parcela com área de 821,50 m2, do prédio rústico com área total de 1691,00 m2, confinante a nascente com a Rua dos Agostinhos, no lugar da Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 10566 e registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12150.

Presente parecer técnico, datado de 2019/03/18, que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários à operação de destaque.

Após análise da pretensão, bem como o referido parecer técnico datado de 2019/03/18, a Câmara Municipal delibera mandar emitir a certidão comprovativa da verificação dos requisitos do destaque para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto- Lei n.º 136/2014, de

9 de setembro, por se ter verificado que a operação de destaque de uma parcela de terreno com a área de 821,50 m², reúne as condições expressas no n.º 4 do artigo 6.º do mencionado diploma legal, dado o prédio rústico com área total de 1691,00 m², inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 10566 e registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12150, confinante a nascente com a Rua dos Agostinhos, no lugar da Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, se situa no perímetro urbano do Aglomerado Urbano da Marinha Grande, na Restante Área Urbana, sendo que cada parcela apresenta-se vinculada ao cumprimento dos indicadores urbanísticos preceituados pelo n.º 8 do artigo 5º do Regulamento do Plano Diretor municipal da Marinha Grande - PDM-MG, nomeadamente:

Densidade habitacional máxima – 30 f/ha;

Índice de construção bruto – 0.6;

Cércea máxima – 3 pisos ou 9.5 m de altura;

Estacionamento – 1 lugar/fogo;

- 1 lugar/50 m² de área coberta para comércio e serviços.

- Pelo que, na parcela a destacar com 821,50 m², poderá ser erigida construção com até dois fogos de habitação, 492,90 m² de área bruta de construção, cércea máxima de 3 pisos ou 9,50 m de altura, o mínimo de 1 lugar de estacionamento por fogo para habitação e/ou 1 lugar de estacionamento por cada 50 m² de área coberta se a ocupação se destinar a comércio ou serviços.

- Na parcela remanescente com 869,50 m², poderá ser erigida construção com até dois fogos de habitação, 521,70 m² de área bruta de construção, cércea máxima de 3 pisos ou 9,50 m de altura, o mínimo de 1 lugar de estacionamento por fogo para habitação e/ou 1 lugar de estacionamento por cada 50 m² de área coberta se a ocupação se destinar a comércio ou serviços.

Mais delibera que na certidão a emitir conste a obrigatoriedade de inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do mesmo, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, sem o que não poderá ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.

Delibera ainda informar o interessado que as construções a erigir nas parcelas resultantes da operação de destaque devem apresentar frente paralela ao arruamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

22. Req.º nº 515/19, datado de 18/03/2019 - Proc.º nº 227/2019, datado de 18/03/2019 - Acácio Carreira da Luz

219 - Presente requerimento registado sob o n.º 515/19, datado de 18/03/2019, apresentado por **Acácio Carreira da Luz**, com o NIF 117888397, residente em Rua Nova da Comeira, n.º 14, R/C, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar uma vistoria ao imóvel de que é proprietário, sito em Rua Nova da Comeira, n.º 10-12, freguesia e concelho de Marinha Grande, por forma a que sejam verificadas as condições de segurança da edificação, com vista à sua posterior demolição.

Presente parecer dos serviços, datado de 20/03/2019, sobre o assunto.

Após análise pedido e da informação datada de 20/03/2019, a Câmara Municipal delibera:

Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2015, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao imóvel sito em Rua Nova da Comeira, n.º 10-12, freguesia e concelho de Marinha Grande, requerida por Acácio Carreira da Luz, com o NIF 117888397, residente em Rua Nova da Comeira, n.º 14, R/C, freguesia e concelho de Marinha Grande, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas, assim como promover a identificação de eventuais edificações ilegais.

NOTIFICAR o requerente para estar presente na referida vistoria.

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 10/04/2019, pelas 10h00, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:

Engenheira Maria João Oliveira
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Vasco Fernandes

Membros suplentes:

Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Dr. Hugo Areal

INFORMAR o requerente, que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

23. Req.º nº 191/19, datado de 31/01/2019 - Proc.º n.º 39/19, datado de 31/01/2019 - Moldes Catarino, Lda.

A **Sr.ª Presidente** declarou-se impedida, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea b), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que tem um relacionamento familiar com o requerente, tendo sido substituída pelo **Sr. Vice-Presidente**.

220 - Presente pedido com o registo n.º 191/19, datado de 31/01/2019, relativo a ampliação e legalização de alterações e ampliação efetuadas num edifício destinado a indústria, situado

no n.º 12 da rua Nova do Moinho de Cima, Albergaria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20014 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19893-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 39/19, com data de entrada de 31/01/2019, apresentado por **Moldes Catarino, Lda.**, com o NIPC 501 193 820, com sede na rua Nova do Moinho de Cima - Albergaria - Apartado 151, freguesia e concelho da Marinha Grande;
Presente processo de regularização extraordinária, efetuado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, a que corresponde o n.º 461/15, em nome do mesmo requerente, que mereceu deliberação final favorável condicionada em sede de conferência decisória realizada a 21/11/2016;

Presente informação técnica, datada de 06/03/2019, que refere:

1. - Não corresponder o processo agora em apreciação ao processo de regularização extraordinária mencionado, por apresentar configuração distinta e uma cêrcea mais elevada, não sendo possível, nestes termos, enquadrar a presente proposta nos parâmetros expressos no n.º 4 do artigo 2º do regulamento do PDM da Marinha Grande, segundo o qual *“(…) São consideradas como compatíveis com as normas de uso do solo ou de edificabilidade previstas no presente regulamento, as atividades abrangidas pelo artigo 1.º do Decreto -Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro e artigo 3.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, cujos processos de regularização tenham obtido, ao abrigo do regime consagrado nestes diplomas, deliberação favorável ou favorável condicionada (...)”*;
2. - Verificar-se que o projeto apresentado viola o disposto no n.º 10 do artigo 5º do regulamento do PDM, por apresentar um índice bruto de construção de 0,38 e uma cêrcea de 11,10 m, superiores ao máximo permitido para o local, designadamente de 0,25 e de 6,5 m, propondo o indeferimento do presente pedido, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro;

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

NOTIFICAR o requerente, Moldes Catarino, Lda., com o NIPC 501 193 820, com sede na rua Nova do Moinho de Cima - Albergaria - Apartado 151, freguesia e concelho da Marinha Grande, em sede de audiência prévia, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 15 dias, antes de ser tomada a decisão final, para que este refira, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a proposta de indeferimento, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, do seu processo, referente a ampliação e legalização de alterações e ampliação efetuadas num edifício destinado a indústria, situado no n.º 12 da rua Nova do Moinho de Cima, Albergaria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20014 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19893-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 39/19, com data de entrada de 31/01/2019, por violar o disposto no n.º 10 do artigo 5º do Regulamento do PDM, ao propor um índice de construção bruto de 0,38 e uma cêrcea com 11,10 m de altura, superiores aos máximos de 0,25 e de 6,5 m de altura expressos naquele regulamento.

Delibera, igualmente, informar que a proposta apresentada não se enquadra na cláusula expressa no n.º 4 do artigo 2º do regulamento do PDM por se verificar que é distinta da constante no processo de regularização extraordinária a que corresponde o

n.º 461/15, dado que apresenta uma implantação e uma cércea distintas das que constam deste processo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

24. Req.º nº 2045/18, datado de 12/11/2018 - Proc.º n.º 401/18, datado de 12/11/2018 - Condomínio do Prédio sito na Avenida Marginal, n.ºs 10A e 10B

O Sr. Vereador Carlos Caetano retirou o ponto, para melhor análise.

25. Req.º nº 509/19, datado de 15/03/2019 - Proc.º n.º 225/2019, datado de 15/03/2019 - Nuno Miguel Lopes Machado e Maria João Mota Filipe Gândara

221 - Presente pedido de avaliação do estado inicial de conservação de edifício sito na área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande, para efeitos de candidatura a benefícios fiscais, solicitado por **Nuno Miguel Lopes Machado**, com o NIF 205231705 e por **Maria João Mota Filipe Gândara**, com o NIF 223859966, ambos com morada na Avenida José Gregório, n.º 55, freguesia e concelho de Marinha Grande, respeitante ao edifício sito na Avenida Aníbal Guedes Coelho, n.º 17, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.190 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 5414.

Presente parecer técnico datado de 19/03/2019, sobre o assunto.

Considerando que:

- A delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande foi aprovada pela Assembleia Municipal da Marinha Grande na sua segunda reunião realizada no dia 1 de dezembro de 2014, da sessão ordinária de 24 de novembro de 2014, e publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 245, de 19 de dezembro de 2014 (Aviso n.º 14276/2014).

- A delimitação da ARU permite o acesso a um conjunto de benefícios fiscais sobre os prédios urbanos abrangidas por esta, quando objeto de ações reabilitação, iniciadas após 1 de janeiro de 2008 e que se encontrem concluídas até 31 de dezembro de 2020, nos termos do disposto nos n.º 20.º e n.º 21.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, na redação em vigor.

- De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais os prédios urbanos ou frações autónomas localizados em áreas de reabilitação urbana beneficiam dos seguintes incentivos:

- a) Isenção do imposto municipal sobre imóveis por um período de três anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão das obras de reabilitação, podendo ser renovado, a requerimento do proprietário, por mais cinco anos no caso de imóveis afetos a arrendamento para habitação permanente ou a habitação própria e permanente;
- b) Isenção do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis nas aquisições de imóveis destinados a intervenções de reabilitação, desde que o adquirente inicie as respetivas obras no prazo máximo de três anos a contar da data de aquisição;
- c) Isenção do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis na primeira transmissão, subsequente à intervenção de reabilitação, a afetar a arrendamento para habitação permanente ou, quando localizado em área de reabilitação urbana, também a habitação própria e permanente;

- Para que possam aceder a estes benefícios, devem ser preenchidas, cumulativamente, as seguintes condições, previstas no n.º 1 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais:

a) Sejam objeto de intervenções de reabilitação de edifícios promovidas nos termos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, ou do regime excecional do Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril;

b) Em consequência da intervenção prevista na alínea anterior, o respetivo estado de conservação esteja dois níveis acima do anteriormente atribuído e tenha, no mínimo, um nível bom nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e sejam cumpridos os requisitos de eficiência energética e de qualidade térmica aplicáveis aos edifícios a que se refere o artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 194/2015, de 14 de setembro, sem prejuízo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril.

- Nos termos do n.º 4 do artigo 45.º do mesmo diploma, *“O reconhecimento da intervenção de reabilitação para efeito de aplicação do disposto no presente artigo deve ser requerido conjuntamente com a comunicação prévia ou com o pedido de licença da operação urbanística, cabendo à câmara municipal competente ou, se for o caso, à entidade gestora da reabilitação urbana, comunicar esse reconhecimento ao serviço de finanças da área da situação do edifício ou fração, no prazo máximo de 20 dias a contar da data da determinação do estado de conservação resultante das obras ou da emissão da respetiva certificação energética, se esta for posterior.”*

- O disposto no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 88/2017, de 27 de julho, e nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, compete aos serviços municipais, em vistoria realizada para o efeito, ordenada pela Câmara Municipal, classificar o estado de conservação do edifício, em sede de reabilitação urbana, com referência aos níveis de conservação constantes no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012. A determinação do nível de conservação do imóvel deve obedecer aos critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, devendo ser preenchida a ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal.

A Câmara Municipal delibera:

Determinar, considerando o disposto na alínea c) do n.º 23 do artigo 71.º do EBF, no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 88/2017, de 27 de julho, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, a realização de vistoria ao edifício sito na Avenida Aníbal Guedes Coelho, n.º 17, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.190 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 5414, propriedade de Nuno Miguel Lopes Machado, com o NIF 205231705 e de Maria João Mota Filipe Gândara, com o NIF 223859966, ambos com morada na Avenida José Gregório, n.º 55, freguesia e concelho de Marinha Grande, para efeitos de classificação do estado inicial do edifício, devendo a determinação do nível de conservação do imóvel obedecer aos critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como ser preenchida a ficha de avaliação aprovada pelo mesmo diploma legal;

Mais delibera determinar que a vistoria seja realizada em 09/04/2019, pelas 10:30, e que a respetiva Comissão tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:

**Arquiteto Miguel Figueiredo
Arquiteto Ricardo Santos**

Membros suplentes:

**Arquiteto Alexandre Fava
Engenheira Maria João Oliveira**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

26. Req.º nº 396/19, datado de 26/02/2019 - Proc.º nº 132/07, datado de 22/02/2007 - PMSA - Investimentos Imobiliários Unipessoal, Lda.

222 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 396/19, datado de 26/02/2019 apresentado por **PMSA - Investimentos Imobiliários Unipessoal, Lda.**, com o NIPC 514680784, com sede em Rua Luís da Silva Charters de Azevedo, Lote 1, fração D, Galeria DT, nº 216, 1.º andar direito, união de freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes e concelho de Leiria, a solicitar a autorização de utilização para o edifício destinado a habitação coletiva, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo nº 132/07, titulada pelo alvará de obras de construção nº 42/08, emitido em 20/02/2008 e pela licença especial para conclusão da obra com alvará nº 77/18, emitido em 25/09/2018.

Presentes pareceres datados de 27/02/2019, de 15/03/2019 e de 20/03/2019, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista na alínea b) do n.º2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Sociedade Recreativa 1.º de Maio, nº 161, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de PMSA - Investimentos Imobiliários Unipessoal, Lda., com o NIPC 514680784, com sede em Rua Luis da Silva Charters de Azevedo, Lote 1, fração D, Galeria DT, nº 216, 1.º andar direito, união de freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes e concelho de Leiria, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos

**Engenheira Maria João Oliveira
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes**

2) Membros suplentes

**Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra**

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

27. E/9177/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de ramais domiciliários de gás natural - Galp Energia.

223 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/9177/2018, datado de 08/10/2018, referente ao pedido de ocupação da via pública, apresentado por **GALP ENERGIA**, com o NIPC 504499777, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo **em Rua das Flores, Rua Jornal da Marinha Grande, Rua Sporting Clube Marinhense, Rua Serenata Marinhense e Rua Joaquim Domingues**, todos na freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 25,00 metros.

Presente parecer técnico da Divisão de Qualidade de Vida, datado de 08/11/2018, sobre o assunto, bem como despacho proferido em 14/03/2019 pelo do Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, este favorável à execução de todos os ramais.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, bem como o despacho proferido pelo do Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de 25,00 metros de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua das Flores, Rua Jornal da Marinha Grande, Rua Sporting Clube Marinhense, Rua Serenata Marinhense e Rua Joaquim Domingues, todos na freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos devem ser repostos nas devidas condições;**
- b) A reposição dos pavimentos deve ser executada com materiais de características e espessuras iguais às existentes, podendo a Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário.**
- c) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição dos equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetados ou danificados e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;**
- d) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**

Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

28. E/1129/2019 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de baixada elétrica - ACR - António Cristiano Rosário, Lda.

224 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/1129/2019, datado de 30/01/2019, apresentado por **ACR – António Cristiano Rosário, Lda.**, com o NIPC 501135340, em representação da EDP Distribuição – Energia, S.A., para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de uma baixada de energia elétrica, a levar a cabo na **Rua Carlos da Silva Couceiro, Ordem**, freguesia e concelho de Marinha Grande, numa extensão de 12,00 metros.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 02/02/2019, sobre o assunto.

Presente despacho proferido em 14/03/2019 pelo Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, favorável à pretensão.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, bem como o despacho proferido pelo Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala numa extensão de 12,00 metros, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de uma baixada de energia elétrica, apresentado por ACR – António Cristiano Rosário, Lda., com o NIPC 501135340, em representação da EDP Distribuição – Energia, S.A., a levar a cabo na Rua Carlos da Silva Couceiro, Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) A reposição dos pavimentos deve ser executada com materiais de características e espessuras iguais às existentes, podendo a Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário.**
- b) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição dos equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetados ou danificados e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;**
- c) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**

- d) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

29. E/11882/2019 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução de ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.

225 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/1882/2019, datado de 19/02/2019, referente ao pedido de ocupação da via pública, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo **em Rua das Flores de Picassinos e Avenida 1.º de Maio**, ambas da freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 11,00 metros.

Presente parecer técnico da Divisão de Qualidade de Vida, datado de 12/03/2019, sobre o assunto, bem como despacho proferido em 19/03/2019 pelo do Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir parecer **FAVORÁVEL** ao pedido de ocupação da via pública para abertura de 11,00 metros de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua das Flores de Picassinos e Avenida 1.º de Maio, ambas da freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos devem ser repostos nas devidas condições;
- b) A reposição dos pavimentos deve ser executada com materiais de características e espessuras iguais às existentes, podendo a Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário.
- c) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição dos equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetados ou danificados e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;
- d) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- e) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA

PROMOÇÃO SOCIAL, SAÚDE E VOLUNTARIADO

30. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, da inquilina residente na Avenida da Liberdade, Bloco M, 1.º frt Esq - Casal de Malta, por alteração dos rendimentos do agregado familiar.

226 - Presente informação n.º 538 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, datada de 08 de março de 2019, a dar conta da necessidade de proceder à revisão do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração no rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T = Taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (435,76€)"

Considerando ainda que , no n.1 do artigo 22.º a renda em regime de arrendamento apoiado não pode ser de valor inferior a 1% do indexante dos apoios sociais (IAS) vigente em cada momento.

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da mesma Lei, a renda atualizada ou revista, nos termos dos números anteriores, é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor.

Considerando que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 27.º do Regulamento de atribuição, de gestão e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande, o montante da renda é atualizado, bienalmente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar, nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro.

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual proceder à atualização da renda da inquilina residente na fração identificada em epígrafe, sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:

MORADOR	Bloco/ Fração	DATA CONTRATO	RENDA/19 (fevereiro)	RENDA/19 (abril)
Avenida da Liberdade	M/ 1.º Frt Esq	27/09/2012	11,94€	4,36€

Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil do mês de abril do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

31. Cedência de instalações no antigo edifício da Escola Básica dos Outeiros

Ponto discutido no início da ordem do dia.

INTERVENÇÃO CULTURAL

32. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 – área cultural - SPM - Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Moel (PROTUR) - Páscoa em Movimento

Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:

“Esta iniciativa é da maior relevância e merece ser apoiada.

A associação diz que o orçamento é de 10.567,00€, pede apoio à Câmara de 10.567,00€ “para suportar os custos das despesas”, e a atribuição é de 3.500€ - Qual o critério ?

Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”

227 - Presente deliberação de 12 março de 2019, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividade pontual:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/1535/2019, de 8 de fevereiro de 2019	510447562	SPM - Associação para a promoção do turismo de S. Pedro de Moel (Protur)	Organização da Páscoa em Movimento	36,8 pontos

Presente informação com n.º de registo I/504/2019 de 6 de março, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade SPM - Associação para a promoção do turismo de S. Pedro de Moel (Protur) preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para a **Organização da Páscoa em Movimento**

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/168;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	DELIBERAÇÃO
E/1535/2019, de 8 de fevereiro de 2019	510447562	SPM - Associação para a promoção do turismo de S. Pedro de Moel (Protur)	Organização da Páscoa em Movimento	36,8 pontos	2018/A/168	3.500,00 €

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

33. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2019 – área cultural - Teatresco - Grupo de Teatro - XIX Festiv ‘Álvaro - Abril 2019

Os Srs. Vereadores do MpM questionaram o seguinte:

“As salas que irão receber os espéculos estavam sem condições. Já estão arrançadas?”

A Sr.^a Vereadora Célia Guerra respondeu que podem receber os espectáculos previstos.

228 - Presente deliberação de 12 março de 2019, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra,

admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividade pontual:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/9283/2018 - A de 9 de outubro de 2018	508632188	Teatresco-Grupo de Teatro	Organização do XIX Festiv 'Álvaro - Abril 2019	28,6 pontos

Presente informação com n.º de registo I/504/2019 de 6 de março, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade **Teatresco-Grupo de Teatro** preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para a **Organização do XIX Festiv 'Álvaro - Abril 2019**.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/168;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artigo 33.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	DELIBERAÇÃO
E/9283/2018 - A de 9 de outubro de 2018	508632188	Teatresco-Grupo de Teatro	Organização do XIX Festiv 'Álvaro - Abril 2019	28,6 pontos	2018/A/168	1.000,00 €

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:

"A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para "a revisão do processo de atribuição de subsídios...". Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação."

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

34. Isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro – Agrupamento de Escolas Marinha Grande de Vieira de Leiria - Ratificação de Despacho

229 - Presente pedido de isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro remetido pelo Agrupamento de Escolas Marinha de Vieira de Leiria, datado de 08 de março de 2019. A visita foi realizada por um grupo de professores no âmbito do projeto ERASMUS+, num total de 16 professores, e encontrava-se agendada para o dia 12 de março de 2019.

Considerando que:

- A alínea a), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que ficam isentos do pagamento de taxas previstas no regulamento e respetiva tabela os agrupamentos de escolas com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos atos, factos ou atividades que se destinem diretamente à prossecução dos seus fins estatutários.

Define ainda a alínea a), do n.º 5, que as isenções previstas no artigo 14.º carecem de formalização de pedido fundamentado e acompanhado, designadamente de fotocópia simples de documento comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária.

- Em anexo ao pedido foi enviada comprovativo da Autoridade Tributária no qual se verifica que o Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria está inscrito segundo o CAE 85310 ENSINOS BÁSICO (3.º CICLO) E SECUNDÁRIO GERAL *que compreende as atividades do ensino básico do 3.º Ciclo (correspondente à escolarização obrigatória) e do ensino secundário (cursos científico-humanístico), orientadas na preparação dos alunos para o acesso ao ensino superior ou aos ensinos secundário tecnológico, artístico e profissional. Trata-se de um ensino sem preocupação de especialização, com influência na orientação futura dos alunos.*

- O Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria tem sede no concelho.

- Com o documento em anexo está comprovada a natureza jurídica e a finalidade do Agrupamento de Escolas Marinha de Vieira de Leiria.

- Considerando ainda que a Sra. Presidente, ao abrigo do artigo 35.º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, em conjugação com alínea a), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande, autorizou o pedido nos termos propostos, uma vez que:

- Não foi possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal por impossibilidade temporal e logística;

- A isenção estava prevista na alínea a), do n.º 3 do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande;

- O requerente formalizou o pedido com documento que comprova a sua natureza jurídica e finalidade, tal como definido na alínea a), do n.º 5, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande;

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ratificar o despacho n.º 56/2019 da Sra. Presidente que isenta o Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria do pagamento de taxas de ingresso no Museu do Vidro no dia 12 de março de 2019, para um total de cerca de dezasseis professores, conforme previsto no citado artigo 35.º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

ATIVIDADE FÍSICA

35. Proposta de atribuição de apoio a entidades de natureza desportiva em 2019 – Grupo Desportivo Casa Águia Competição – 29.º Concurso de Pesca/Open

Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:

“Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”

230 - Presente deliberação de 12 março de 2019, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividade pontual:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8106/2018	505233959	Grupo Desportivo Casa Águia Competição	29º Concurso de Pesca/Open	30,0 pontos

Presente informação com n.º de registo I/496/2019, de 06 de março, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade **Grupo Desportivo Casa Águia Competição** preenche os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para a **Organização do 29º Concurso de Pesca/Open**.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/189;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do nº 1, do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	VALOR
E/8106/2018	505233959	Grupo Desportivo Casa Água Competição	29º Concurso de Pesca/Open	30,0 pontos	2018/A/189	750,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre

arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

36. Aditamento ao apoio financeiro atribuído ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente para material didático de recreio e de consumíveis e outros bens para o funcionamento das respetivas escolas do 1.º ciclo do ensino básico referente aos 1.º, 2.º e 3.º períodos do ano letivo 2018/2019, por motivo de retificação do número de salas.

231 - Presente informação n.º 563/2019 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento de 12 de março, referente à atribuição de apoio ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, para material didático e outros bens, conforme competência que decorre da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, referente aos 1.ºs, 2.ºs e 3.ºs períodos do ano letivo de 2018/2019.

Presente e-mail, em anexo, enviado pelo Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, com o registo de entrada E/1963/2019, datado de 19 de fevereiro a solicitar a retificação do n.º de salas do 1.º CEB.

Considerando que os montantes atribuídos foram definidos em função dos elementos quantitativos de alunos e salas em funcionamento no referido Agrupamento para o ano letivo 2018/2019;

Considerando que existiu diferenças do número de salas devido ao facto de nas listas dos alunos do 1.º ciclo enviadas pelo referido agrupamento não constar a identificação de uma das docentes da EB1 da Albergaria, o que levou a que se contabilizassem 30 salas e, não 31.

Considerando que é necessária a correção da diferença para que a verba em falta seja atribuída ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente;

Considerando que já foi efetuado o devido reforço orçamental na ação A/59/2016, por forma a colmatar o lapso no montante da verba atribuída para o 1.º CEB, em reunião de câmara de 26 de novembro de 2018;

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui, nesta data, a sua situação contributiva regularizada perante a

Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Administrativa e Financeira.

A Câmara Municipal apreciou a informação e tendo em conta que é da competência da Câmara Municipal apoiar atividades de natureza educativa, conforme disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, delibera atribuir ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, com sede na Rua Dr.ª Amélia Cândida, Ponto da Boavista, 2430- 053 Marinha Grande, nº fiscal 600 075 761, um subsídio no valor de 450,00€ (quatrocentos e cinquenta euros), referente ao 1.º, 2.º e 3.º período do ano letivo 2018/2019, destinado a participar nas despesas de aquisição de material didático, de recreio e de consumíveis e outros bens, conforme descrito e justificado nos mapas seguintes:

VALOR DO SUBSÍDIO ATRIBUÍDO AO 1.º CEB, EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 26/11/2018

1.º CEB	2018 - MESES		3	2019- MESES		6		
	N.º SALAS	N.º ALUNOS	VALOR MENSAL SALA	TOTAL MENSAL	TOTAL 2018	TOTAL 2019	TOTAL 2018/2019	AÇÃO DO PAM
A.E.M.G. NASCENTE	30	613	50 €	1.500 €	4.500 €	9.000 €	13.500€	2016/A/59

VALOR QUE EFETIVAMENTE DEVERIA TER SIDO PAGO COM O N.º DE SALAS CORRETO

1.º CEB	2018 - MESES		3	2019- MESES		6		
	N.º SALAS	N.º ALUNOS	VALOR MENSAL SALA	TOTAL MENSAL	TOTAL 2018	TOTAL 2019	TOTAL 2018/2019	AÇÃO DO PAM
A.E.M.G. NASCENTE	31	613	50 €	1.550 €	4.650 €	9.300 €	13.950€	2016/A/59

VALOR RESTANTE A PAGAR COM A CORREÇÃO DO N.º DE SALAS

	2018	2019	Ação do Plano
1º Ciclo	150,00€	300,00€	2016/A/59
Total	150,00€	300,00€	450,00€

Estes apoios têm cabimento na rubrica 06/040305 das ações 2016 A/59, conforme descrito no mapa acima.

Mais delibera que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentar um relatório de receitas e despesas, complementado com cópia dos respetivos comprovativos de despesa, até 30 de novembro de 2019.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

37. Apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria para a realização da XV Semana da Educação e Juventude

232 - O Município da Marinha Grande pretende realizar a 15.^a edição da Semana da Educação e Juventude de 2 a 6 de abril de 2019, em parceria com os agrupamentos de escolas do concelho, subordinada ao tema da “Multiculturalidade”, atendendo à realidade atual existente nas escolas do concelho e terá como objetivos primordiais:

- Divulgar os projetos e atividades desenvolvidas nas escolas;
- Contribuir para o envolvimento e participação de toda a comunidade;
- Estimular o gosto dos jovens pelas áreas da leitura, expressões artísticas e cultura científica;
- Desenvolver atitudes que possam contribuir para a efetiva cidadania e consciência ecológica;
- Fomentar a comunicação e as boas práticas entre as escolas dos diversos graus de ensino do concelho da Marinha Grande;
- Valorizar a capacidade empreendedora e concretizadora dos diversos elementos da comunidade educativa;
- Valorizar a realidade multicultural amplamente presente nas escolas do concelho;
- Divulgar respostas educativas e formativas de acordo com as necessidades dos alunos;
- Participar com mostra de trabalhos que serão igualmente expostos durante a na concretização da Semana da Primavera que decorrerá de 7 a 13 de abril;
- Divulgação de espaços municipais tais como a Casa da Cultura e o Auditório da Resinagem.

Com a presente iniciativa pretende-se não só divulgar os projetos desenvolvidos nas escolas, mas também contribuir para o envolvimento e participação de toda a comunidade, para o efeito o Município e os estabelecimentos de ensino tentam neste contexto trazer iniciativas diferentes que possam contribuir para esse envolvimento e participação.

A programação de atividades contempla diversas iniciativas que serão desenvolvidas e dinamizadas pelo Município e pelos três agrupamentos de escolas do concelho, conjuntamente com as crianças, jovens e família, não só nos equipamentos escolares, como nos equipamentos municipais adequados.

A realização destas atividades pressupõe o envolvimento de professores e alunos na sua concretização em contexto letivo bem como a assunção de custos por parte dos agrupamentos de escolas;

Deste modo, tratando-se de uma iniciativa organizada pelo Município da Marinha Grande para a qual este pretende o envolvimento dos agrupamentos em regime de parceria e sem o qual o evento não pode realizar-se;

Considerando que algumas das iniciativas realizadas pelos agrupamentos de escolas, no âmbito da Semana de Educação e Juventude, implicam a assunção de custos por parte dos agrupamentos, nomeadamente:

- Mostra de atividades artísticas desenvolvidas pelos alunos do agrupamento (teatro, música e dança);
- Espaços expositivos sobre variadas áreas, ciências, tecnologias, projetos europeus entre outros;
- Disponibilização de espaços lúdicos e pedagógicos para experimentação;
- Iniciativas Desportivas
- Festa de encerramento, entre outros;

Considerando que a dinamização destas atividades implica a assunção de custos por parte do agrupamento, estimados em 900,00€ (novecentos euros), destinados a custear vários tipos de despesas, entre elas: a contratação de serviços, prémios, aquisição de vários tipos de bens, materiais orgânicos e inorgânicos, consumíveis, equipamento e material de desgaste, entre outros, com vista à realização das atividades previstas.

Considerando que, sem o devido suporte orçamental não é possível concretizar o programa de atividades previsto para a 15.^a edição Semana da Educação e Juventude;

Considerando que todas as atividades programadas estão devidamente orçamentadas em Plano de Atividades Municipal na ação 2018/A/71;

Considerando que se encontra em vigor um Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, no qual se estabelece, no artigo 9.º, que o programa de apoio a atividades com caráter pontual tem como finalidade o apoio financeiro ou logístico à organização de atividades esporádicas constantes no plano anual de atividades da entidade beneficiária;

Considerando que estas atividades não estão programadas no âmbito do plano de atividades dos agrupamentos de escolas, mas inseridas no Programa de Atividades Municipais do Município da Marinha Grande, sendo o município a entidade que pretende que os agrupamentos desenvolvam, em regime de parceria, uma componente do programa da Semana da Educação e Juventude da organização do município;

Considerando que o Regulamento Municipal apenas é aplicável, no que diz respeito a ações pontuais, às constantes no plano anual de atividades da entidade beneficiária e que, portanto, não é aplicável às situações em que se pretende que as entidades sejam desenvolvidas em regime de parceria, nomeadamente iniciativas que constam do programa de atividades do município;

Considerando que deste modo se considera que não faz sentido serem os agrupamentos de escolas a apresentarem candidaturas, para a realização de atividades constantes do plano de atividades municipal.

Considerando que pelos motivos acima exposto as atividades a desenvolver pelos agrupamentos constam do plano de atividades da Semana da Educação e da Juventude do Município da Marinha Grande e revestem de interesse municipal;

Considerando que a norma legal, nomeadamente a alínea u, do n.º 1, do artigo 33.º do RJAL, é mais abrangente do que o objeto do Regulamento Municipal, pelo que aquela prevalece sobre este.

Propõe-se a parceria com os agrupamentos de escolas e, ao abrigo da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro nos seguintes termos:

- ao Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria, com sede na Rua D. António Luís Pereira Coutinho Apartado 6, 2431-909, n.º fiscal 600 076 270, um apoio de 900,00€ (novecentos euros), para custear as despesas de organização e dinamização das atividades previstas no programa de atividades da Semana da Educação e Juventude.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro de 900,00€ (novecentos euros) ao Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria, com sede na Rua D. António Luís Pereira Coutinho Apartado 6, 2431-909 Vieira de Leiria, n.º fiscal 600 076 270, para custear as despesas de organização e dinamização das atividades previstas no programa de atividades das Semana da Educação e Juventude.

Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-parceria em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária, que regula as obrigações da mesma.

Este apoio deverá ser enquadrado na ação 2018/A/71 do Plano de Atividades Municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

38. Apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente para a realização da XV Semana da Educação e Juventude

233 - O Município da Marinha Grande pretende realizar a 15.ª edição da Semana da Educação e Juventude de 2 a 6 de abril de 2019, em parceria com os agrupamentos de escolas do concelho, subordinada ao tema da “Multiculturalidade”, atendendo à realidade atual existente nas escolas do concelho e terá como objetivos primordiais:

- Divulgar os projetos e atividades desenvolvidas nas escolas;
- Contribuir para o envolvimento e participação de toda a comunidade;
- Estimular o gosto dos jovens pelas áreas da leitura, expressões artísticas e cultura científica;
- Desenvolver atitudes que possam contribuir para a efetiva cidadania e consciência ecológica;
- Fomentar a comunicação e as boas práticas entre as escolas dos diversos graus de ensino do concelho da Marinha Grande;
- Valorizar a capacidade empreendedora e concretizadora dos diversos elementos da comunidade educativa;
- Valorizar a realidade multicultural amplamente presente nas escolas do concelho;
- Divulgar respostas educativas e formativas de acordo com as necessidades dos alunos;
- Participar com mostra de trabalhos que serão igualmente expostos durante a concretização da Semana da Primavera que decorrerá de 7 a 13 de abril;
- Divulgação de espaços municipais tais como a Casa da Cultura e o Auditório da Resinagem.

Com a presente iniciativa pretende-se não só divulgar os projetos desenvolvidos nas escolas, mas também contribuir para o envolvimento e participação de toda a comunidade, para o efeito o Município e os estabelecimentos de ensino tentam neste contexto trazer iniciativas diferentes que possam contribuir para esse envolvimento e participação.

A programação de atividades contempla diversas iniciativas que serão desenvolvidas e dinamizadas pelo Município e pelos três agrupamentos de escolas do concelho, conjuntamente com as crianças, jovens e família, não só nos equipamentos escolares, como nos equipamentos municipais adequados.

A realização destas atividades pressupõe o envolvimento de professores e alunos na sua concretização em contexto letivo bem como a assunção de custos por parte dos agrupamentos de escolas;

Deste modo, tratando-se de uma iniciativa organizada pelo Município da Marinha Grande para a qual este pretende o envolvimento dos agrupamentos em regime de parceria e sem o qual o evento não pode realizar-se;

Considerando que algumas das iniciativas realizadas pelos agrupamentos de escolas, no âmbito da Semana de Educação e Juventude, implicam a assunção de custos por parte dos agrupamentos, nomeadamente:

- Mostra de atividades artísticas desenvolvidas pelos alunos do agrupamento (teatro, música e dança);

Espaços expositivos sobre variadas áreas, ciências, tecnologias, projetos europeus entre outros;

- Disponibilização de espaços lúdicos e pedagógicos para experimentação;

Iniciativas Desportivas

- Festa de encerramento, entre outros;

Considerando que a dinamização destas atividades implica a assunção de custos por parte do agrupamento, estimados em 3.700,00€ (três mil e setecentos euros), destinados a custear vários tipos de despesas, entre elas: a contratação de serviços, prémios, aquisição de vários tipos de bens, materiais orgânicos e inorgânicos, consumíveis, equipamento e material de desgaste, entre outros, com vista à realização das atividades previstas.

Considerando que, sem o devido suporte orçamental não é possível concretizar o programa de atividades previsto para a 15.^a edição Semana da Educação e Juventude;

Considerando que todas as atividades programadas estão devidamente orçamentadas em Plano de Atividades Municipal na ação 2018/A/71;

Considerando que se encontra em vigor um Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, no qual se estabelece, no artigo 9.º, que o programa de apoio a atividades com caráter pontual tem como finalidade o apoio financeiro ou logístico à organização de atividades esporádicas constantes no plano anual de atividades da entidade beneficiária;

Considerando que estas atividades não estão programadas no âmbito do plano de atividades dos agrupamentos de escolas, mas inseridas no Programa de Atividades Municipais do Município da Marinha Grande, sendo o município a entidade que pretende que os agrupamentos desenvolvam, em regime de parceria, uma componente do programa da Semana da Educação e Juventude da organização do município;

Considerando que o Regulamento Municipal apenas é aplicável, no que diz respeito a ações pontuais, às constantes no plano anual de atividades da entidade beneficiária e que, portanto, não é aplicável às situações em que se pretende que as entidades sejam desenvolvidas em regime de parceria, nomeadamente iniciativas que constam do programa de atividades do município;

Considerando que deste modo se considera que não faz sentido serem os agrupamentos de escolas a apresentarem candidaturas, para a realização de atividades constantes do plano de atividades municipal.

Considerando que pelos motivos acima exposto as atividades a desenvolver pelos agrupamentos constam do plano de atividades da Semana da Educação e da Juventude do Município da Marinha Grande e revestem de interesse municipal;

Considerando que a norma legal, nomeadamente a alínea u, do n.º 1, do artigo 33.º do RJAL, é mais abrangente do que o objeto do Regulamento Municipal, pelo que aquela prevalece sobre este.

Propõe-se a parceria com os agrupamentos de escolas e, ao abrigo da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro nos seguintes termos:

- ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, com sede na Rua Prof. Nery Capucho, 2430-031 Marinha Grande, n.º fiscal 600 076 768, um apoio de 3.700,00€ (três mil e setecentos euros) para custear as despesas de organização e dinamização das atividades previstas no programa de atividades da Semana da Educação e Juventude.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro de 3.700,00€ (três mil e setecentos euros) ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, com sede na Rua Prof. Nery Capucho, 2430-031 Marinha Grande, n.º fiscal 600 076 768, para custear as despesas de organização e dinamização das atividades previstas no programa de atividades da Semana da Educação e Juventude.

Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-parceria em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária, que regula as obrigações da mesma.

Este apoio deverá ser enquadrado na ação 2018/A/71 do Plano de Atividades Municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

39. Apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente para a realização da XV Semana da Educação e Juventude

234 - O Município da Marinha Grande pretende realizar a 15.ª edição da Semana da Educação e Juventude de 2 a 6 de abril de 2019, em parceria com os agrupamentos de escolas do concelho, subordinada ao tema da "Multiculturalidade", atendendo à realidade atual existente nas escolas do concelho e terá como objetivos primordiais:

- Divulgar os projetos e atividades desenvolvidas nas escolas;
- Contribuir para o envolvimento e participação de toda a comunidade;
- Estimular o gosto dos jovens pelas áreas da leitura, expressões artísticas e cultura científica;
- Desenvolver atitudes que possam contribuir para a efetiva cidadania e consciência ecológica;
- Fomentar a comunicação e as boas práticas entre as escolas dos diversos graus de ensino do concelho da Marinha Grande;
- Valorizar a capacidade empreendedora e concretizadora dos diversos elementos da comunidade educativa;
- Valorizar a realidade multicultural amplamente presente nas escolas do concelho;

- Divulgar respostas educativas e formativas de acordo com as necessidades dos alunos;
- Participar com mostra de trabalhos que serão igualmente expostos durante a na concretização da Semana da Primavera que decorrerá de 7 a 13 de abril;
- Divulgação de espaços municipais tais como a Casa da Cultura e o Auditório da Resinagem.

Com a presente iniciativa pretende-se não só divulgar os projetos desenvolvidos nas escolas, mas também contribuir para o envolvimento e participação de toda a comunidade, para o efeito o Município e os estabelecimentos de ensino tentam neste contexto trazer iniciativas diferentes que possam contribuir para esse envolvimento e participação.

A programação de atividades contempla diversas iniciativas que serão desenvolvidas e dinamizadas pelo Município e pelos três agrupamentos de escolas do concelho, conjuntamente com as crianças, jovens e família, não só nos equipamentos escolares, como nos equipamentos municipais adequados.

A realização destas atividades pressupõe o envolvimento de professores e alunos na sua concretização em contexto letivo bem como a assunção de custos por parte dos agrupamentos de escolas;

Deste modo, tratando-se de uma iniciativa organizada pelo Município da Marinha Grande para a qual este pretende o envolvimento dos agrupamentos em regime de parceria e sem o qual o evento não pode realizar-se;

Considerando que algumas das iniciativas realizadas pelos agrupamentos de escolas, no âmbito da Semana de Educação e Juventude, implicam a assunção de custos por parte dos agrupamentos, nomeadamente:

- Mostra de atividades artísticas desenvolvidas pelos alunos do agrupamento (teatro, música e dança);
- Espaços expositivos sobre variadas áreas, ciências, tecnologias, projetos europeus entre outros;
- Disponibilização de espaços lúdicos e pedagógicos para experimentação;
- Iniciativas Desportivas
- Festa de encerramento, entre outros;

Considerando que a dinamização destas atividades implica a assunção de custos por parte do agrupamento, estimados em 2.900,00€ (dois mil e novecentos euros), destinados a custear vários tipos de despesas, entre elas: a contratação de serviços, prémios, aquisição de vários tipos de bens, materiais orgânicos e inorgânicos, consumíveis, equipamento e material de desgaste, entre outros, com vista à realização das atividades previstas.

Considerando que, sem o devido suporte orçamental não é possível concretizar o programa de atividades previsto para a 15.ª edição Semana da Educação e Juventude;

Considerando que todas as atividades programadas estão devidamente orçamentadas em Plano de Atividades Municipal na ação 2018/A/71;

Considerando que se encontra em vigor um Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, no qual se estabelece, no artigo 9.º, que o programa de apoio a atividades com caráter pontual tem como finalidade o apoio financeiro ou logístico à organização de atividades esporádicas constantes no plano anual de atividades da entidade beneficiária;

Considerando que estas atividades não estão programadas no âmbito do plano de atividades dos agrupamentos de escolas, mas inseridas no Programa de Atividades Municipais do Município da Marinha Grande, sendo o município a entidade que pretende que os agrupamentos desenvolvam, em regime de parceria, uma componente do programa da Semana da Educação e Juventude da organização do município;

Considerando que o Regulamento Municipal apenas é aplicável, no que diz respeito a ações pontuais, às constantes no plano anual de atividades da entidade beneficiária e que, portanto, não é aplicável às situações em que se pretende que as entidades sejam desenvolvidas em regime de parceria, nomeadamente iniciativas que constam do programa de atividades do município;

Considerando que deste modo se considera que não faz sentido serem os agrupamentos de escolas a apresentarem candidaturas, para a realização de atividades constantes do plano de atividades municipal.

Considerando que pelos motivos acima exposto as atividades a desenvolver pelos agrupamentos constam do plano de atividades da Semana da Educação e da Juventude do Município da Marinha Grande e revestem de interesse municipal;

Considerando que a norma legal, nomeadamente a alínea u, do n.º 1, do artigo 33.º do RJAL, é mais abrangente do que o objeto do Regulamento Municipal, pelo que aquela prevalece sobre este.

Propõe-se a parceria com os agrupamentos de escolas e, ao abrigo da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro nos seguintes termos:

- ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, com sede na Rua Profª Amélia Cândida, Boavista 2430-053 Marinha Grande, n.º fiscal 600 075 761, um apoio de 2.900,00€ (dois mil e novecentos euros) para custear as despesas de organização e dinamização das atividades previstas no programa de atividades da Semana da Educação e Juventude.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro de 2.900,00€ (dois mil e novecentos euros) ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, com sede na Rua Profª Amélia Cândida, Boavista 2430-053 Marinha Grande, n.º fiscal 600 075 761, para custear as despesas de organização e dinamização das atividades previstas no programa de atividades das Semana da Educação e Juventude.

Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-parceria em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária, que regula as obrigações da mesma.

Este apoio deverá ser enquadrado na ação 2018/A/71 do Plano de Atividades Municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia 25/03/2019.

Mandato de 2017/2021
Ata nº 8

E nada mais havendo a tratar, a Sr.^a Presidente encerrou a reunião eram 19:00 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária da reunião,